Plano Estadual de Comércio Exterior de Minas Gerais

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

GOVERNO DE MINAS

AQUI O TREM PROSPERA.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A participação ativa no comércio internacional representa um vetor estratégico para o desenvolvimento econômico sustentável. As exportações ampliam a capacidade produtiva das empresas locais, incentivam investimentos, geram empregos de maior qualidade e incrementam a arrecadação tributária. Esse processo, além de dinamizar setores já consolidados, cria condições para o surgimento de novos negócios e fortalecimento de cadeias produtivas, elevando o nível de inovação e competitividade da economia mineira.

Nesse sentido, políticas públicas de promoção do comércio exterior devem ser construídas sobre bases sólidas, capazes de responder às exigências de um cenário global dinâmico e competitivo. A diversificação de mercados, a inserção em cadeias globais de valor, o acesso a novas tecnologias, a qualificação da mão de obra e a valorização da imagem internacional do estado constituem pilares indispensáveis para fortalecer a presença de Minas Gerais no comércio internacional.

A diversificação de mercados assume papel importante neste processo de construção da política pública de comércio exterior. A dependência excessiva de determinados destinos comerciais expõe a economia a riscos elevados diante de crises regionais ou de mudanças geopolíticas. Ao expandir sua rede de parceiros e reduzir a concentração das exportações, Minas Gerais amplia sua resiliência, protege seus setores produtivos e conquista novas oportunidades de inserção internacional.

Este plano tem como objetivo apresentar os desafios do comércio exterior mineiro e propor soluções sustentáveis, abordando temas como logística, questões aduaneiras e tributárias, promoção comercial, financiamento para o comércio exterior e acesso a mercados internacionais, etc. Além disso, destaca a importância de uma abordagem proativa e colaborativa entre os setores público e privado para alcançar resultados positivos na promoção do comércio exterior de Minas Gerais.

A elaboração deste trabalho baseia-se na política de promoção de exportações e comércio exterior, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) e conduzida pela Subsecretaria de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas (SUBINVEST).

EXPEDIENTE

Mila Corrêa da Costa
Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico

Frederico Amaral e Silva
Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico

Bruno Araújo Oliveira
Secretário Executivo de Estado de Desenvolvimento Econômico

Daniel Guimarães Medrado de Castro
Subsecretário de Atração de Investimentos e Cadeias Produtivas

Gustavo Costa de Souza
Superintendente de Atração de Investimentos e Estímulo à Exportações

Laís Ione Araújo Fagundes
Diretora de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

Bruna Luiza Zschaber de Oliveira
Assessora de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

Rayssa Damásio Gonçalves de Freitas
Assessora de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

Edmara Oliveira Fonseca
Assessora de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

Caio Verneck de Oliveira
Estagiário de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

Sophia Oliveira Marcilio
Estagiária de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

Victor Marques Alves
Estagiário de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

SUMÁRIO

Considerações Iniciais **2**

A Política de Promoção de Exportações e Comércio Exterior **9**

Apresentação do Plano **12**

O Comércio Exterior de Minas Gerais **16**
As potencialidades de Minas Gerais 18
Contextualização do Comércio Exterior por Região de Minas Gerais 20
Panorama das Empresas Exportadoras Mineiras 23

EIXO 1 - Promoção comercial dos setores produtivos **25**
SUBEIXO - Promoção Comercial de Produtos Mineiros 27
SUBEIXO - Promoção Comercial de Produtos de Alta Intensidade Tecnológica 32
Ações Propostas 32

EIXO 2 - Acesso e Competitividade em Mercados Internacionais **40**
Capacitação de Empresas 41
Certificações Internacionais 42
Ações Propostas 44

EIXO 3 - Infraestrutura Logística e de Transporte **48**
Infraestrutura Rodoviária 51
Infraestrutura Ferroviária 51
Estrutura Aduaneira 53
Transporte Aéreo 54
Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (REDEX) 55
Zona de Processamento de Exportações (ZPEs) 56
Ações Propostas 56

EIXO 4 - Questões Aduaneiras e Tributárias **59**
Preocupações sobre os efeitos da Reforma Tributária 61
Regimes Aduaneiros Especiais 62
Ações Propostas 63

EIXO 5 - Financiamento para o Comércio Exterior **67**
Ações Propostas 68

Monitoramento e Avaliação **71**

Considerações Finais **76**

Referências **78**

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABEAD - Associação Brasileira de Estudos Aduaneiros
ABECE - Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior
ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio
ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues
ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas
AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apex-Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APL - Arranjo Produtivo Local
ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático
BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços
CECIEx - Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais
CIT/FIEMG - Centro de Inovação Tecnológica do Sistema FIEMG
CLIA - Centros de Logística Integrada Aduaneira
CNF - Aeroporto Internacional de Belo Horizonte
CODACA - Associação das Empresas Comissárias de Despacho e Agentes de Carga de Minas Gerais
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CNI - Confederação Nacional da Indústria
DIPEX - Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior
EADI - Estações Aduaneiras de Interior

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EXPOSIBRAM - Expo & Congresso Brasileiro de Mineração
EFCA - Estrada de Ferro Centro-Atlântica
EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio
EFVM - Estrada de Ferro Vitória a Minas
EXIM - Linha de crédito que financia a produção e exportação de bens e serviços brasileiros
FAEMG - Federação da Agricultura e da Pecuária de Minas Gerais
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FCA - Free Carrier (Livre no Transportador)
Fecomércio - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
FENOVA - Feira de Calçados de Nova Serrana
FEMAGRI - Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas
FENACOURO - Feira de Couro, Malhas e Variedades
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIIP - Feira Internacional de Pedras Preciosas
FJP - Fundação João Pinheiro
FOB - Free On Board
GLME - Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira
GTComex MG - Grupo de Trabalho para Fomento do Comércio Exterior Mineiro
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
ICT - Instituto de Ciência e Tecnologia
IEF - Instituto Estadual de Florestas
IG - Indicação Geográfica

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Invest Minas - Agência de Promoção de Investimentos e Comércio Exterior de Minas Gerais
IS - Imposto Seletivo
ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MAPA - Ministério de Agricultura e Pecuária
MBC - Minas Business Connection
MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MEI - Microempreendedor Individual
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MRS - Malha Regional Sudeste
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA - Operador Econômico Autorizado
PELT - Plano Estadual de Logística e Transportes
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental
PROEX - Programa de Financiamento às Exportações
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
RECOF - Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado
REPETRO - Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

RFB - Receita Federal do Brasil
RICMS - Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil
SDAMG - Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais
SEAPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEBRAE Minas - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Minas Gerais
SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação Social
SECULT - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
SEDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEF - Secretaria de Estado de Fazenda
SIC - Semana Internacional do Café
SUBINOVA - Subsecretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia
SUBINVEST - Subsecretaria de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas
TEAI-BH - Terminal Aeroporto Industrial em Belo Horizonte
tecnoPARQ - Parque Tecnológico de Viçosa
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFV - Universidade Federal de Viçosa
USD - United States Dollar
VLI - Valor da Logística Integrada

A Política de Promoção de Exportações e Comércio Exterior

A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E COMÉRCIO EXTERIOR

A política de promoção de exportações e comércio exterior foi, inicialmente, instituída por meio do Decreto Estadual 48.678, de 30/08/2023, que dispõe sobre as competências da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE), segundo o Art. 22:

> [...] Art. 22 - A Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior tem como competência promover a coordenação e a execução das políticas de internacionalização, referente às potencialidades das empresas em relação ao comércio internacional, com atribuições de:
>
> I – estimular, fomentar e apoiar as atividades da iniciativa privada voltadas à promoção do comércio exterior e supervisionar, acompanhar e avaliar seu impacto, observando as diretrizes gerais de governo;
>
> II – formular a estratégia de comércio exterior, fomentando a exportação dos produtos mineiros;
>
> III – prestar assessoramento às demais áreas do Poder Executivo em relação a assuntos referentes ao comércio internacional;
>
> IV – articular com as autoridades alfandegárias para o aperfeiçoamento dos processos de despacho e de desembaraço aduaneiro no Estado;
>
> V – apoiar iniciativas municipais e empresariais para o desenvolvimento e a implantação de processos e estruturas para promoção do comércio exterior;
>
> VI – prestar orientação aos setores empresarial e institucional sobre assuntos relativos ao comércio internacional, notadamente no que se refere ao comércio exterior;
>
> VII – manter bases de dados, sistemas e processos relacionados aos fluxos de comércio exterior do Estado e gerar produtos de inteligência comercial, em parceria com a Invest Minas e com a Fundação João Pinheiro – FJP;

> VIII – realizar estudos de mercado visando à inovação, à qualidade, à certificação internacional, à agregação de valor e à diversificação da pauta de exportação;
>
> IX – estabelecer e manter intercâmbio com organizações nacionais e internacionais que atuam no desenvolvimento do comércio exterior, visando à estruturação de ações conjuntas e ao aprimoramento constante de suas atividades;
>
> X – apoiar a realização de eventos de promoção de produtos do Estado, em âmbito nacional e internacional, bem como participar de iniciativas da mesma natureza promovidas por outros agentes;
>
> XI – desenvolver ações de comunicação e divulgação para aumentar o conhecimento do público em geral, em âmbito nacional e internacional, sobre o comércio exterior de Minas Gerais (ALMG, 2023).

Para que esta política fosse traduzida em ações, estabeleceu-se 3 (três) princípios norteadores da ação estadual. O primeiro deles é a diversificação de mercados compradores e fornecedores dos produtos e das cadeias produtivas mineiras. O segundo é a agregação de valor à pauta exportadora, com a inclusão e fortalecimento das exportações de setores com produtos de valor agregado. O terceiro é a melhora do ambiente de mercado interno para o comércio exterior mineiro e o fortalecimento de seu sistema como um todo.

Nesse sentido, no âmbito desta política, a Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior desenvolveu e realizou uma série de ações nas suas três linhas de atuação principais: Inserção Internacional dos Setores Produtivos; Identificação de Oportunidades Internacionais e Apoio Qualificado de Exportações.

O presente Plano Estadual de Comércio Exterior traduz a atuação prática desta Diretoria, determinado pelo referido ato normativo.

Apresentação do Plano

APRESENTAÇÃO DO PLANO

O Plano Estadual de Comércio Exterior de Minas Gerais foi pensado para sistematizar a Política de Promoção de Exportações e Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, e fundamenta-se como um desdobramento da atuação do Grupo de Trabalho para Fomento do Comércio Exterior (GTComexMG), instituído para mapear desafios estruturantes e formular propostas práticas de intervenção.

O presente documento está em conformidade com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI (2019-2030), no que concerne às diretrizes estratégicas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, e com o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG (2024-2027), programa "Minas Geração de Valor" (133), para a Promoção do Comércio Exterior Mineiro (ação 1079), os quais reforçam a ampliação e fortalecimento do comércio exterior mineiro nas frentes de promoção comercial internacional de setores produtivos, com fins à exportação e, também, promoção das facilidades nas perspectivas aduaneiras, tributárias e infraestruturais.

A construção do Plano foi orientada por três princípios centrais — diversificação de mercados; agregação de valor à pauta exportadora; e a melhoria do ambiente de negócios — com vistas a transformar Minas em referência nacional para negócios internacionais.

O objetivo do Plano Estadual de Comércio Exterior de Minas Gerais é promover ações de fortalecimento das cadeias produtivas e estimular a inserção das empresas mineiras no mercado internacional, bem como posicionar o Estado numa estratégia pró-ativa e integrada para ampliar a participação das empresas mineiras nas cadeias globais de valor, reduzindo sua exposição a choques setoriais e regionais e gerando emprego e arrecadação.

Ao identificar desafios — logísticos, aduaneiros e tributários, de certificação e capacitação, além da elevada concentração da pauta em produtos de baixo valor agregado — o Plano propõe soluções para mitigar entraves que hoje limitam a competitividade e a capacidade de inserção internacional dos arranjos produtivos mineiros.

Tal documento contribui para a modernização e competitividade das empresas mineiras. Muitas destas, especialmente, as micro, pequenas e médias, enfrentam desafios constantes para atingir mercados internacionais devido à falta de conhecimento e infraestrutura, algumas, sequer, vislumbram a possibilidade de expansão do negócio via comércio exterior. Pretende-se, aqui, elencar possíveis soluções para tornar as empresas mineiras mais competitivas, a oferecer caminhos para capacitação, incentivos fiscais, e apoio logístico.

O Plano Estadual de Comércio Exterior de Minas Gerais se apresenta, ainda, como um mecanismo para atração de investimentos estrangeiros, a longo prazo, para o estado. Pois, por meio do próspero ambiente de negócios já existente em Minas Gerais, o estado tem sido, continuamente, região potencial para instalação de empresas multinacionais e transnacionais. Ou seja, pretende-se, com a construção do Plano Estadual de Comércio Exterior de Minas Gerais:

- reduzir a dependência econômica do mercado interno e de específicos mercados internacionais;
- apresentar os benefícios da cultura exportadora para o desenvolvimento econômico do estado;
- indicar ações para desburocratizar as operações de exportação e importação;
- oferecer amplo conhecimento sobre os benefícios fiscais do estado para setores envolvidos no comércio exterior mineiro;
- promover ações que possam gerar maior liberdade econômica às empresas envolvidas no ecossistema de comércio exterior no estado;
- promover a adoção de tecnologias e inovação nas empresas para aumentar a competitividade no mercado global;
- desenvolver financiamento para suporte às empresas as quais pretendem realizar exportação ou importação;
- capacitar micro, pequenas e médias empresas para competir em mercados internacionais;
- promover a imagem de Minas Gerais no exterior;
- expandir o volume de exportações dos produtos mineiros para novos mercados internacionais;
- buscar, de acordo com o cenário atual, melhorias na infraestrutura necessária ao escoamento da produção.

Para alcançar os objetivos almejados, estrutura-se o presente documento em:

- **EIXO 1 - Promoção Comercial dos Setores Produtivos**

    - **SUBEIXO - Promoção Comercial de Produtos Mineiros:** abordam-se os benefícios da promoção de produtos mineiros no mercado internacional, aumentando a visibilidade e a demanda pelos produtos locais;

    - **SUBEIXO - Promoção Comercial de Produtos de Alta Intensidade Tecnológica:** fomento e, consequentemente, promoção de produtos que utilizam alta tecnologia, destacando a inovação e qualidade dos produtos mineiros.

- **EIXO 2 - Acesso e Competitividade em Mercados Internacionais:** abordagem de como as empresas podem entrar, se estabelecer em mercados no exterior e de competir com outros players globais, ao obter certificações, cumprir regulamentações, conhecer tarifas e questões logísticas.

- **EIXO 3 - Infraestrutura Logística e de Transporte:** menção à conjuntura atual e as políticas públicas implementadas pelo governo estadual que podem melhorar os desafios existentes nas malhas rodoviárias e ferroviárias, no transporte aéreo, na estrutura aduaneira.

- **EIXO 4 - Questões Aduaneiras e Tributárias:** abordagem sobre a simplificação dos processos aduaneiros, por parte da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF).

- **EIXO 5 - Financiamento para o Comércio Exterior:** sugestão da criação de uma linha de crédito exclusivamente para operações de comércio exterior.

- **Monitoramento e Avaliação:** apresenta-se a metodologia de monitoramento e avaliação dos indicadores mais pertinentes para mensurar os resultados das ações propostas após a execução.

- **Governança do Plano:** menciona-se os principais atores do ecossistema de comércio exterior em Minas Gerais, os quais contribuirão para a execução, monitoramento e avaliação das propostas contidas no Plano.

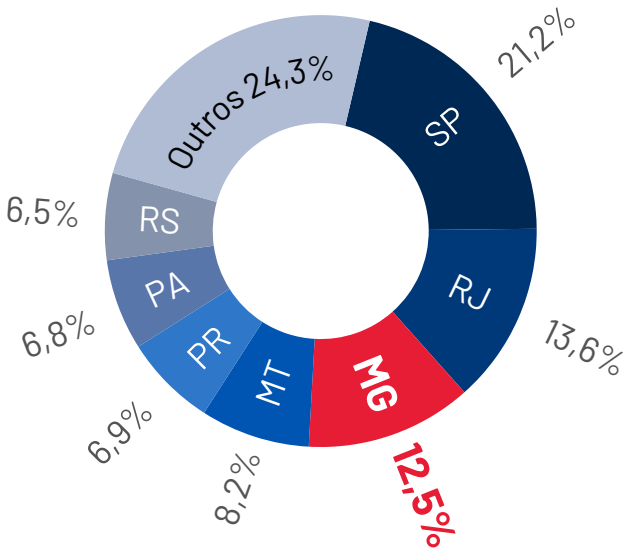
O Comércio Exterior de Minas Gerais

O COMÉRCIO EXTERIOR DE MINAS GERAIS

No cenário nacional de 2024, Minas Gerais consolidou-se como o terceiro maior estado exportador do Brasil, responsável por 12,5% das exportações totais do país em valores FOB (US$).

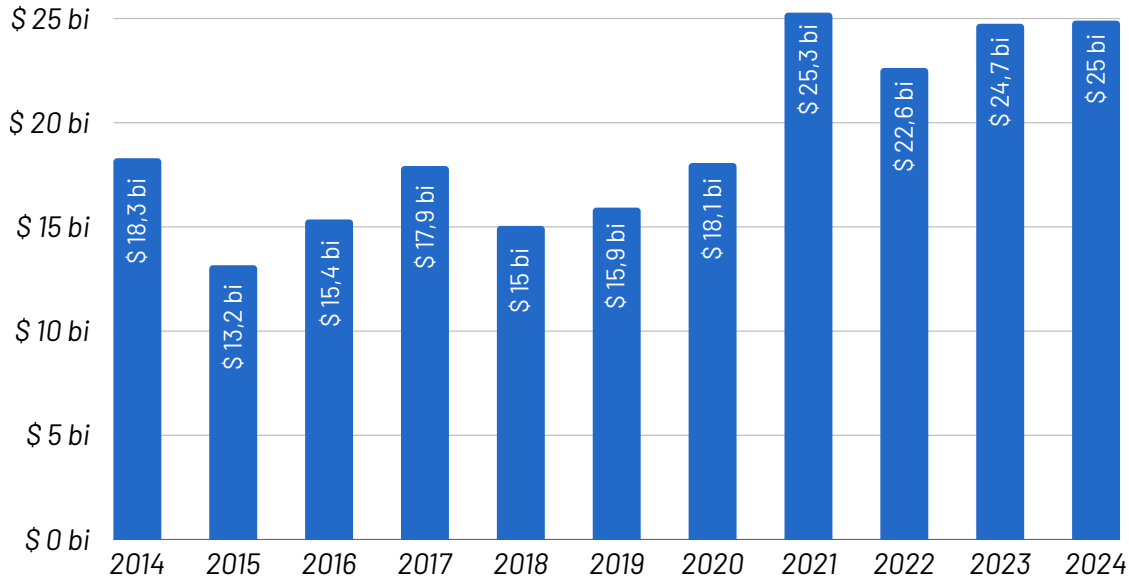
As exportações de Minas Gerais totalizaram US$ 42,1 bilhões em 2024, com desempenho estável ao longo do ano, registrando valores mensais entre US$3 bilhões e 4 bilhões. Esse resultado anual representou um aumento de 4,5% em comparação a 2023, atingindo o maior valor da série histórica iniciada em 1997.

Participação das Unidades Federativas nas Exportações Brasileiras - 2024



No que tange às importações, Minas Gerais ocupou a quinta posição entre os principais estados brasileiros importadores em 2024, representando 6,5% das importações nacionais, totalizando US$ 17 bilhões. Além disso, o estado obteve um superávit comercial de US$ 25 bilhões e um fluxo comercial total de US$ 59,1 bilhões, reforçando sua relevância econômica no cenário internacional.

Série Histórica da Balança Comercial de Minas Gerais (2014 - 2024) - US$



(Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024)

A balança comercial de Minas Gerais apresentou superávit em toda a série histórica de 2014 a 2024, mesmo durante os períodos mais críticos de crise econômica, como em 2015 e 2016. Esse desempenho ressalta a força do setor exportador mineiro no cenário nacional.

Em relação aos produtos exportados pelo estado mineiro, destacaram-se em 2024: Minérios de ferro e seus concentrados (29,9%), Café (18,6%), Soja (7,0%), Açúcares (5,8%), Ferro ligas (5,4%), Ouro (4,3%), Ferro fundido bruto (2,7%), Carne bovina, congeladas (2,4%), Tubos e perfis ocos, sem costura, de ferro ou de aço (1,6%), Celulose (1,5%), entre outros. Esses dez produtos principais somaram juntos cerca de 79,2% do total exportado por Minas Gerais.

Em 2024, o estado alcançou 194 mercados nas exportações, sendo a China, o principal comprador (36,6%), seguido por Estados Unidos (11%), Alemanha (3,8%), Argentina (3,7%), Países Baixos (3,2%), Japão (2,6%), Canadá (2,6%), Bahrein (2,2%), Bélgica (2,1%) e Itália (2,0%). Esses dez países foram responsáveis por 69,8% do valor exportado pelo estado, somando US$ 29,4 bilhões.

A pauta importadora do estado é notavelmente mais diversificada do que a exportadora, com os dez principais produtos representando apenas 28,8% das importações totais. Estes produtos foram: automóveis de passageiros (5,8%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias (3,3%), Hulhas (3,2%), Partes e acessórios de veículos (3,0%), diodos, transistores e dispositivos semicondutores (2,9%), Fertilizantes minerais ou químicos azotados (2,6%), Produtos imunológicos (2,3%), Coques e semi-coques de hulha (2,1%), Fertilizantes minerais ou químicos (2,0%) e Fertilizantes minerais ou químicos potássicos (1,6%).

As importações de Minas Gerais em 2024 foram provenientes de 156 mercados de origem. Os dez principais países fornecedores foram China (25,7%), Estados Unidos (11,8%), Argentina (9,2%), Alemanha (5,4%), Itália (5%), Índia (3,8%), Rússia (3,3%), México (2,4%), Uruguai (2,3%) e Japão (2,2%), que juntos representaram 71% do valor total importado pelo estado.

AS POTENCIALIDADES DE MINAS GERAIS

Minas Gerais se destaca no cenário nacional por ser um dos principais exportadores de produtos estratégicos. Conforme a tabela abaixo, são evidenciados os produtos em que o estado figurou entre os maiores exportadores do Brasil em 2024.

Principais produtos exportados por Minas Gerais - Ranking no cenário nacional (2024)

Descrição	Valores FOB US$	Ranking
Café	US$ 7,8 bi	1
Ferro-ligas	US$ 2,3 bi	
Ouro	US$ 1,8 bi	
Ferro fundido bruto e *spiegel* em formas primárias	US$ 1,2 bi	
Tubos e perfis ocos, sem costura, de ferro ou aço	US$ 671,8 mi	
Hidrogênio, gases raros e elementos não metálicos	US$ 344,5 mi	
Matérias minerais	US$ 286,7 mi	

Descrição	Valores FOB US$	Ranking
Minérios de ferro e seus concentrados	US$ 12,6 bi	2
Açúcares	US$ 2,4 bi	
Medicamentos para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses	US$ 201,9 mi	
Transformadores elétricos	US$ 194,2 mi	
Veículos aéreos (aeronaves)	US$ 152,8 mi	
Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80 % vol e aguardentes	US$ 104,1 mi	
Preparações para alimentação de animais	US$ 78,1 mi	

Descrição	Valores FOB US$	Ranking
Partes e acessórios de veículos automóveis	US$ 323,0 mi	3
Veículos automóveis para transporte de mercadorias	US$ 363,3 mi	
Partes destinadas a motores	US$ 130,8 mi	

Fios, cabos e outros condutores isolados para usos elétricos e cabos de fibras ópticas	US$ 54,1 mi	**3**
Escavadoras, pás mecânicas, carregadoras e pás carregadoras, entre outros	US$ 27,5 mi	
Frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparadas ou conservadas	US$ 11,8 mi	
Sorgo de grão	US$ 5,6 mi	

Além disso, Minas Gerais ocupa a quarta posição nacional na exportação de produtos de alta e média-alta tecnologia, que, embora ainda correspondam a apenas 8,2% da pauta exportadora do estado, oferecem um grande potencial para impulsionar o comércio de mercadorias com maior valor agregado. Expandir a participação desses setores no comércio exterior é uma prioridade estratégica para o estado.

Por fim, produtos tipicamente mineiros, como o café, o queijo e outros itens agroindustriais regionais, também desempenham um papel importante nas exportações. A forte ligação desses produtos com a identidade cultural de Minas Gerais permite que o estado explore nichos de mercado e aposte em estratégias de *regional branding*, ampliando seu alcance internacional e fortalecendo o comércio exterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR POR REGIÃO DE MINAS GERAIS

Minas Gerais é dividido em doze Regiões de Planejamento: Campos das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata. Cada uma dessas mesorregiões possui características econômicas distintas, refletindo em volumes variados de exportações e importações.

Em 2024, as três principais regiões exportadoras foram a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba e o Sul/Sudoeste de Minas. Essas regiões juntas responderam por 72,5% das exportações de Minas Gerais, totalizando US$30,5 bilhões.

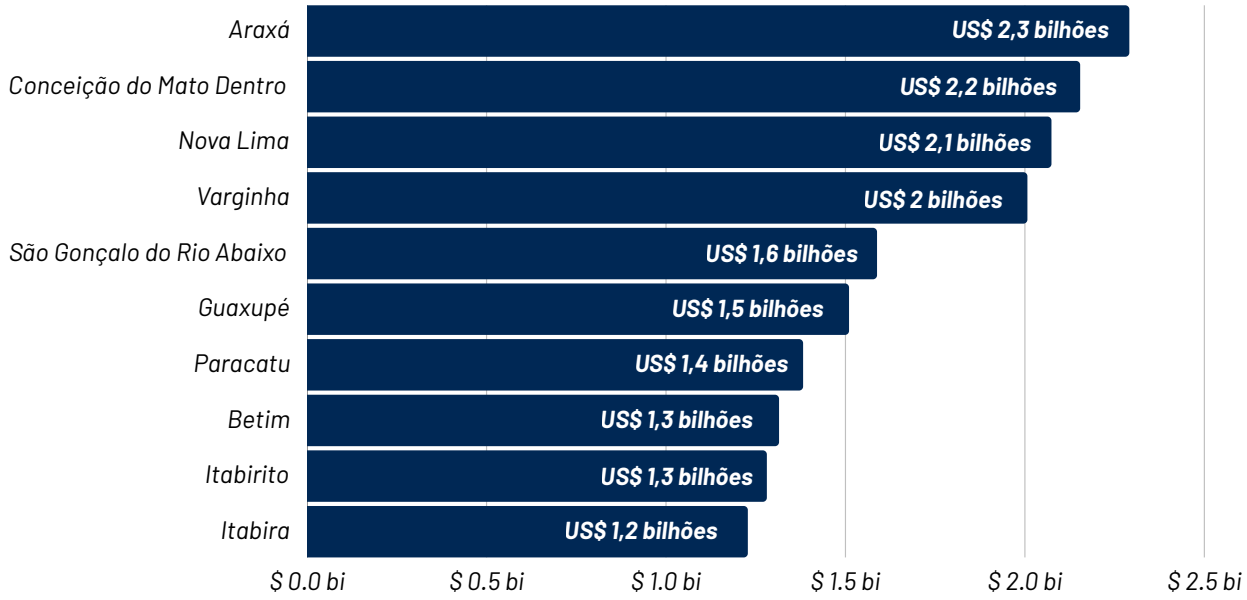
Dados das Exportações de Minas Gerais em 2024

Mesorregião	Valores FOB (US$)	Participação
Metropolitana de Belo Horizonte	16.094.908.158,00	38,2%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	8.048.295.492,00	19,1%
Sul/Sudoeste de Minas	6.351.075.383,00	15,1%
Noroeste de Minas	1.881.733.313,00	4,5%
Zona da Mata	1.595.769.638,00	3,8%
Vale do Rio Doce	1.127.047.498,00	2,7%
Norte de Minas	1.117.383.924,00	2,7%
Oeste de Minas	486.370.745,00	1,2%
Central Mineira	404.836.771,00	1,0%
Campo das Vertentes	329.621.385,00	0,8%
Jequitinhonha	223.592.744,00	0,5%
Vale do Mucuri	181.560.358,00	0,4%

(Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024)

Os dez principais municípios exportadores foram responsáveis por 44,5% das exportações do estado. Araxá se destacou com 5,4% das exportações, seguido por Conceição do Mato Dentro (5,1%) e Nova Lima (4,9%).

Principais Municípios Exportadores de Minas Gerais em 2024



(Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024)

Nas importações, as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/ Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba foram as principais, contribuindo com 83,8% do montante importador de Minas Gerais.

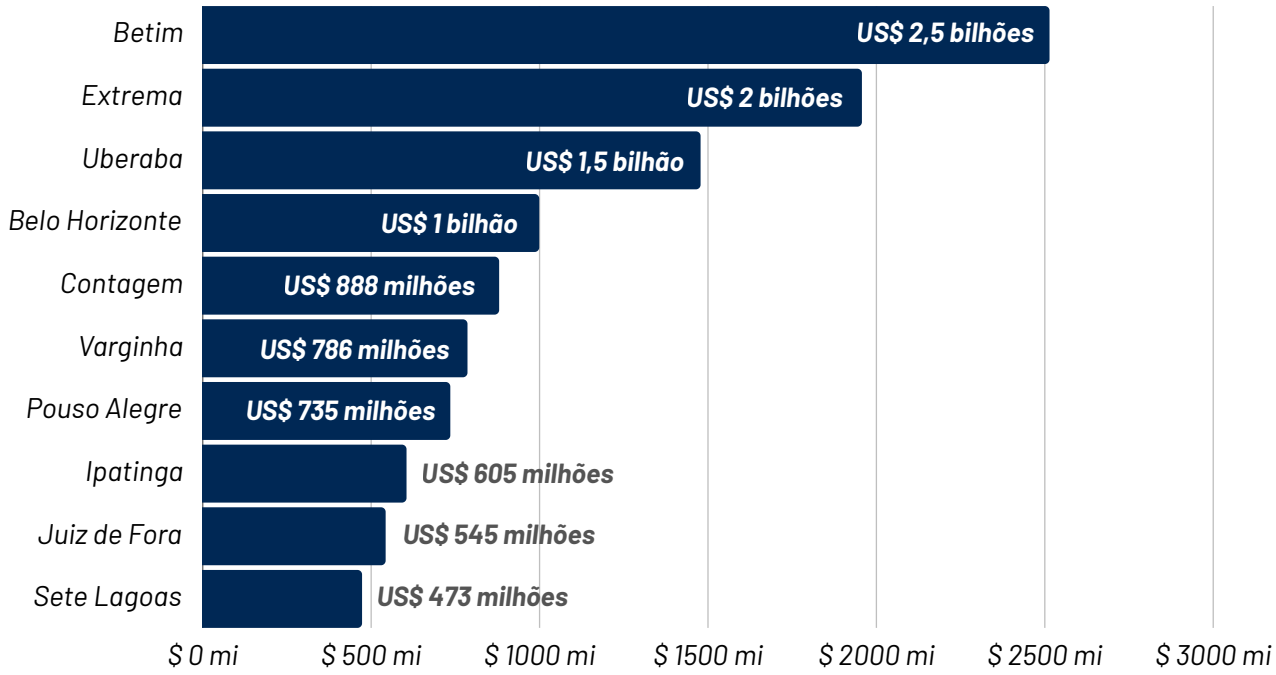
Dados das Importações de Minas Gerais em 2024

Mesorregião	Valores FOB (US$)	Participação
Metropolitana de Belo Horizonte	6.805.025.473,00	40,0%
Sul/Sudoeste de Minas	5.348.987.418,00	31,4%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2.109.093.073,00	12,4%
Zona da Mata	835.729.061,00	4,9%
Vale do Rio Doce	762.800.207,00	4,5%
Norte de Minas	380.997.791,00	2,2%
Noroeste de Minas	319.274.159,00	1,9%
Oeste de Minas	247.740.007,00	1,5%
Campo das Vertentes	106.871.376,00	0,6%
Central Mineira	96.034.253,00	0,6%
Jequitinhonha	2.804.011,00	0,02%
Vale do Mucuri	743.235,00	0,004%

(Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024)

Os dez principais municípios importadores de Minas Gerais em 2024 responderam por 64,6% das importações do estado. Betim liderou com 14,8% das importações, apresentando um aumento de 24,4% em relação ao ano de 2023. Extrema foi o segundo maior importador, representando 11,5% das importações.

Principais Municípios Importadores de Minas Gerais em 2024



(Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024)

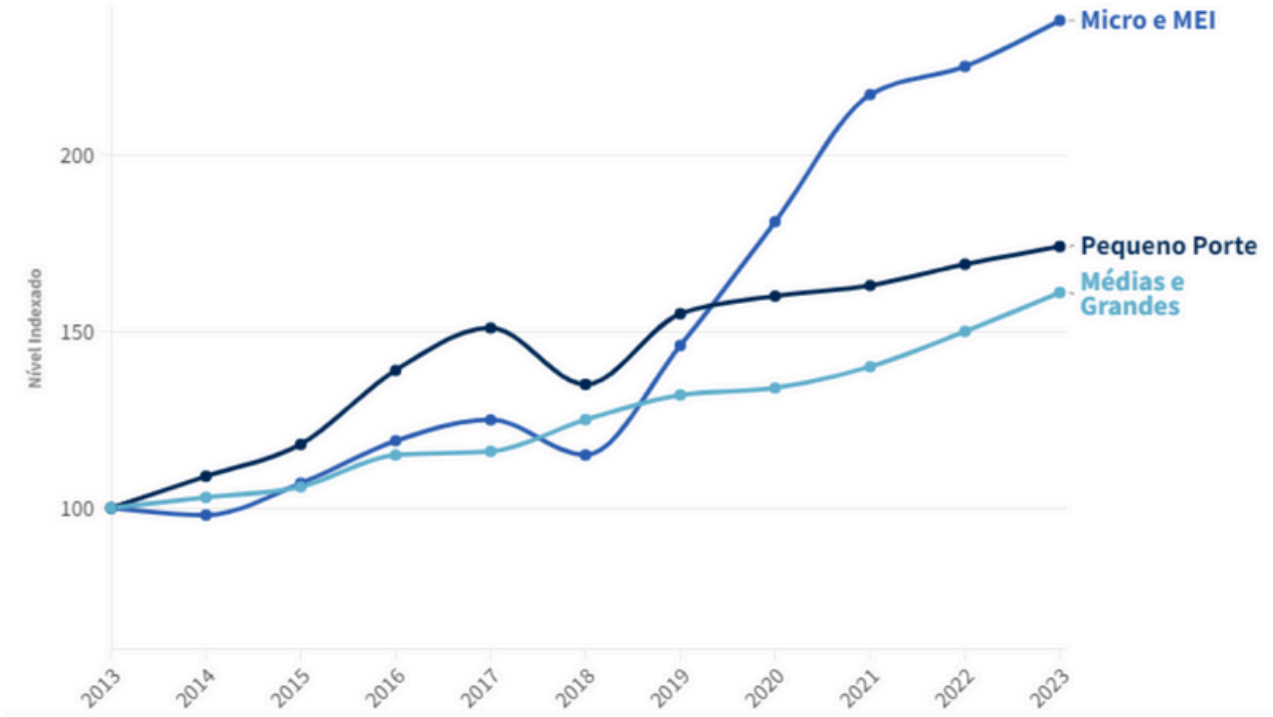
PANORAMA DAS EMPRESAS EXPORTADORAS MINEIRAS

No último ano, 2.754 empresas mineiras realizaram operações de exportação, registrando um aumento de 30 empresas em comparação a 2023. Em 2024, 357 municípios sediaram empresas exportadoras no estado, com destaque para Belo Horizonte, Varginha, Contagem, Uberaba e Diamantina. Esses municípios apresentaram crescimento no número de empresas exportadoras em relação a 2023.

Minas Gerais ocupou o 5º lugar no ranking dos estados com maior participação das micro e pequenas empresas (MPEs) nas exportações brasileiras em 2023, com 9,1%. Esse perfil de empresas tem mostrado um crescimento contínuo nas vendas de produtos mineiros para o exterior.

A quantidade de empresas exportadoras em Minas Gerais tem crescido desde 2019, refletindo o fortalecimento e amadurecimento da atividade exportadora no estado. Em 2023, esse crescimento foi mantido, com um aumento de 6,1% no número de Microempresas e MEIs, 2,5% nas Empresas de Pequeno Porte, e 7,1% nas Médias e Grandes Empresas, em comparação com o ano anterior.

Crescimento da quantidade de empresas exportadoras em Minas Gerais desde 2013



(Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2023)

O desempenho das empresas exportadoras mineiras em 2024 destaca a resiliência e a capacidade de adaptação das diversas categorias empresariais frente ao cenário global. O aumento no número de exportadoras, especialmente entre as Microempresas e MEIs, indica que o ambiente de negócios em Minas Gerais está se tornando cada vez mais favorável ao comércio exterior. Este panorama, marcado pela diversificação de mercados e a integração de empresas de diferentes portes, reforça a importância do comércio exterior para o crescimento econômico sustentável do estado. Continuar a fortalecer as capacidades exportadoras, especialmente entre as pequenas e médias empresas, será crucial para manter a competitividade de Minas Gerais no cenário global.

EIXO

01

Promoção Comercial dos Setores Produtivos

EIXO 1 - PROMOÇÃO COMERCIAL DOS SETORES PRODUTIVOS

As exportações de Minas Gerais em 2024 apresentaram uma elevada concentração em poucos produtos, com os cinco principais itens respondendo por cerca de 66,7% do valor total exportado. Essa concentração da pauta exportadora em produtos de baixo valor agregado é um dos desafios do comércio exterior do estado. Em contraste, os produtos de alto valor agregado, cuja fabricação é intensiva em pesquisa e desenvolvimento (P&D), representaram apenas 1,3% das exportações.

A diversidade e a riqueza dos produtos mineiros, que vão desde a gastronomia tradicional até aqueles mais intensivos em tecnologia, oferecem um vasto leque de oportunidades ainda pouco exploradas no mercado internacional. A atuação proativa do governo na promoção desses produtos não apenas impulsiona as exportações, mas também constrói uma imagem positiva de Minas Gerais no comércio global, fortalecendo a economia estadual e ampliando a visibilidade dos setores produtivos em escala mundial. Além disso, destaca-se a oportunidade de explorar mercados potenciais que ainda apresentam baixa participação como destino dos produtos mineiros.

Portanto, a internacionalização dos produtos mineiros desempenha um papel crucial na diversificação econômica, reduzindo a dependência de setores específicos. Essa estratégia não apenas promove a sustentabilidade econômica, mas também atenua os impactos de crises econômicas e geopolíticas cada vez mais frequentes, fortalecendo a resiliência da economia mineira e promovendo nossa riqueza cultural.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, por meio da Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior - DIPEX, em sua Política de Promoção de Exportações ao longo dos últimos 5 (cinco) anos buscou, de maneira enfática, trabalhar em duas frentes: diversificação de destinos de exportação e diversificação da pauta exportadora e fortalecimento. Nesse sentido, uma série de ações são desenvolvidas em três linhas de atuação principais: Inserção Internacional dos Setores Produtivos; Identificação de Oportunidades Internacionais e Apoio Qualificado de Exportações.

As três linhas principais de atuação estão inseridas no eixo de Promoção Comercial dos setores produtivos, que se apresenta como prioridade para alcançar as metas propostas

para a Política Estadual de Comércio Exterior, pois tais ações se desdobram em desburocratização de processos e liberdade econômica e, consequentemente, em crescimento econômico por meio de geração de emprego e renda.

SUBEIXO – PROMOÇÃO COMERCIAL DE PRODUTOS MINEIROS

> *"A mineiridade é a tradição e a liberdade, ainda que tardia. É o acolhimento e o povo trabalhador. É a cultura das festas religiosas e é a convivência familiar. É o afeto e a hospitalidade. É o cheiro bom do café coado na hora e do bolo de fubá que sai do forno. É a música, o barroco, a natureza e a fé."*

O "jeitinho mineiro de ser" é um dos principais elementos do capital turístico e cultural que Minas Gerais promove e exporta, por meio da sua gastronomia tradicional e hospitalidade, por exemplo. Esses aspectos tornam seu povo um conjunto único no Brasil e no mundo.

Em razão do reconhecimento internacional do estado, a promoção comercial de produtos típicos mineiros surge como um fator importante para agregar valor e diversificar a pauta exportadora. A qualidade dos produtos encontrados em Minas Gerais, juntamente com a valorização do público nacional e internacional, torna o momento propício para o aumento das exportações mineiras.

Reconhecido o potencial de exportação nas mãos dos produtores e empresários mineiros, é essencial mapear os principais desafios enfrentados no agronegócio, já que a maioria dos produtos típicos de Minas provém desse setor. Isso permitirá o estabelecimento de uma estratégia de promoção comercial assertiva, considerando os mercados mais compatíveis e a adaptação dos produtos típicos mineiros para sua entrada em outros países.

A seguir, são apresentados exemplos de produtos tipicamente mineiros, com a menção dos desafios enfrentados tanto no processo de exportação quanto na promoção comercial, pois é contraproducente promover produtos no exterior sem a possibilidade efetiva de comercializá-los em outros mercados.

- **Queijo:** Minas Gerais é, historicamente, o principal estado brasileiro exportador de queijo. Contudo, a exportação de queijos e outros produtos do setor de lácteos enfrenta desafios significativos, principalmente devido às rigorosas exigências relacionadas a certificações sanitárias e à conformidade com padrões internacionais de qualidade. Esses requisitos

demandam uma atenção minuciosa aos processos de produção para garantir a segurança e a saúde dos consumidores, o que, por sua vez, eleva os custos operacionais. Antes de executar ações de promoção comercial, é imprescindível assegurar que a produção de queijos e lácteos atenda às exigências necessárias para ingressar nos mercados internacionais. Como o queijo é um dos elementos mais emblemáticos da cultura mineira, destaca-se a importância de alinhar a promoção cultural ao produto, valorizando-o como parte da identidade do estado e ampliando seu reconhecimento global.

- **Cachaça:** Na região Norte de Minas Gerais, concentra-se o maior número de cachaçarias de alambique do estado, incluindo Salinas, conhecida como a "capital mundial da cachaça". Minas Gerais é o maior produtor do país e, ao longo do tempo, tem recebido atenção significativa do Poder Executivo Estadual e da iniciativa privada para agregar valor ao produto, destacando sua origem, qualidade e relevância histórica. A produção de cachaça de alambique é uma tradição mineira transmitida de geração em geração, desempenhando um papel importante na geração de renda e empregos na região. No entanto, a exportação da cachaça mineira enfrenta desafios que demandam um planejamento estratégico eficaz para a promoção comercial do setor no exterior. Altos tributos sobre a comercialização do produto contribuem para a informalidade de muitos alambiques, que, sem registro formal, ficam impossibilitados de exportar. Além disso, a baixa disponibilidade de financiamentos acessíveis aos pequenos produtores e as exigências relacionadas a certificações representam outros obstáculos que dificultam a expansão das exportações no setor.

- **Doces artesanais:** Assim como o queijo e a cachaça, os doces artesanais representam a identidade e a tradição da cozinha mineira. Delícias como doce de leite, goiabada, ambrosia, doce de abóbora, pé-de-moleque, entre outros, compõem o rico leque de produtos típicos do estado. No entanto, os doces artesanais enfrentam desafios para acessar alguns mercados internacionais. Esses obstáculos incluem os componentes e substâncias de origem animal utilizados na produção, que podem restringir a aceitação em determinados países. Além disso, questões logísticas, como o transporte em temperatura controlada – que eleva os custos – e o cumprimento rigoroso das normas relacionadas aos recipientes, são fatores que desestimulam micro, pequenas e médias empresas a exportarem seus produtos.

- **Cafés especiais:** Diferentemente do contínuo sucesso do café brasileiro verde, amplamente apreciado e fornecido para diversos países, os cafés especiais ainda representam uma pequena porcentagem nas exportações do setor, apesar de terem maior valor agregado. Para que Minas Gerais conquiste uma posição de destaque também na produção e exportação de cafés especiais torrados e moídos, é fundamental fortalecer a imagem do produto mineiro e destacar as potencialidades do estado no setor. Isso se torna especialmente relevante em mercados internacionais que valorizam cafés com maior valor agregado, dado o cenário de forte concorrência global. O avanço na exportação de cafés especiais, torrados e moídos, exige investimentos em tecnologia e inovação na fabricação, fatores essenciais para aumentar a competitividade do produto no exterior. Entretanto, essas demandas ainda representam desafios significativos para a inserção do produto em mercados internacionais.

- **Meles:** Minas Gerais destaca-se como um dos principais produtores e exportadores de mel do Brasil, devido ao clima e aos solos favoráveis à atividade apícola. Um exemplo é o município de Santa Bárbara, reconhecido como um dos maiores produtores de mel no estado, onde a apicultura é uma tradição cultural e histórica. Além disso, Minas Gerais possui uma Indicação Geográfica no setor, a Denominação de Origem Norte de Minas, que atesta a qualidade superior do mel de aroeira produzido na região. Apesar do elevado potencial apícola e da exportação de mel para mercados importantes como Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido, Canadá e outros, a cadeia produtiva enfrenta desafios que dificultam a ampliação das exportações. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), grande parte dos apicultores são agricultores familiares que utilizam a atividade como fonte complementar de renda. Para o crescimento sustentável do setor, é essencial contar com profissionais capacitados, aptos a executar um trabalho seguro, o que exige treinamento adequado e, em alguns casos, supera a barreira de restrições físicas, como alergias. Outros desafios incluem a sazonalidade da demanda, já que os produtos apícolas são mais comercializados no inverno; o pequeno número de unidades de beneficiamento; a dispersão de produtores, que enfraquece a competitividade em comparação com organizações coletivas; e a falta de investimentos em especializações, desenvolvimento de produtos de maior valor agregado, certificações e rastreabilidade, fatores cruciais para conquistar novos mercados internacionais.

- **Moda:** Este setor desempenha um papel crucial na promoção internacional de Minas Gerais, integrando elementos que vão além da história do estado, perpassando pela arte e cultura. Vale destacar que Minas Gerais já foi reconhecido como detentor de uma das melhores fibras de algodão do Brasil, o que possibilitou a criação do famoso Pano de Minas. Este produto foi amplamente exportado e disputado por diversos países, cumprindo uma relevante função econômica e social até o final do século XIX. Atualmente, Minas Gerais consolidou-se como um dos principais polos de moda do país. A capital, Belo Horizonte, foi pioneira ao sediar a primeira escola de moda do Brasil e se tornou a "capital da moda", abrigando também o Minas Trend, o maior evento do setor na América Latina, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). A moda mineira é culturalmente identificada nos 853 municípios do estado, com destaque para os 11 Arranjos Produtivos Locais (APLs) reconhecidos, que incluem setores como malhas (tricô), bolsas, calçados, vestuário, lingerie, couro, gemas, joias e bijuterias. Esses APLs impulsionam o crescimento e o desenvolvimento econômico regional. Marcas mineiras que se tornaram grifes têm levado a moda de Minas Gerais para os maiores palcos internacionais, como os desfiles da New York Fashion Week, e alcançado o showbiz, ao vestir grandes estrelas da música internacional na contemporaneidade.

- **Artesanato:** Minas Gerais destaca-se pela ampla variedade de produções artesanais, utilizando matérias-primas como cerâmica, argila, pedra-sabão, madeira, bambu, entre outros. Além de peças de decoração, o estado também é reconhecido pela produção de tricô e crochê, que frequentemente compõem a identidade visual de diversos municípios mineiros. Um exemplo é Resende Costa, declarada, em 2024, a Capital Nacional do Artesanato Têxtil. Nesse contexto, o artesanato mineiro apresenta grande potencial, especialmente considerando a crescente demanda internacional por itens étnicos que representam a cultura e história de uma região. Embora Minas Gerais já exporte artesanato, há espaço significativo para expandir gradativamente a exportação de peças e acessar novos mercados internacionais. Entre os principais desafios desse setor na exportação estão o limitado conhecimento sobre as oportunidades e benefícios de atuar no mercado externo; os custos elevados associados à logística, especialmente no que diz respeito a embalagens e manuseio especializado, devido à fragilidade dos produtos; além das barreiras

alfandegárias, que incluem procedimentos aduaneiros complexos e exigentes. A superação desses obstáculos pode posicionar ainda mais o artesanato mineiro no cenário internacional, valorizando suas raízes culturais e promovendo o desenvolvimento econômico regional.

Diante do cenário apresentado, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), por meio desta Diretoria, tem a oportunidade de fortalecer a cultura exportadora de Minas Gerais e contribuir para a promoção dos principais polos produtivos do estado no mercado externo. A Secretaria pode direcionar os setores produtivos aos melhores mercados internacionais, ao mesmo tempo em que estabelece parcerias com outros órgãos do Poder Executivo Estadual e Federal, além de entidades de classe, a fim de apoiar na resolução de desafios como escoamento de produção, infraestrutura logística, certificações, agregação de valor e capacitação em negócios internacionais e comércio exterior.

A globalização trouxe consigo uma abundância de produtos similares, criando uma forte concorrência tanto no mercado nacional quanto internacional. Nesse contexto, a diferenciação tornou-se uma necessidade crucial para destacar-se. Uma das estratégias mais eficazes para alcançar essa diferenciação é o conceito de "*nation branding*", que oferece uma vantagem única para Minas Gerais. Ao associar uma marca a um local específico, transmitem-se ao consumidor percepções de qualidade, credibilidade, valor e outros atributos que enriquecem a imagem do produto. Com o objetivo de associar produtos a uma região específica de Minas Gerais, esta estratégia será abordada a seguir como "*regional branding*".

Nesse sentido, o regional branding de Minas Gerais pode se tornar um poderoso diferencial competitivo, promovendo a reputação de produtos que carregam os valores culturais e sensoriais da região. O frescor, os aromas e os sabores autênticos de Minas Gerais possuem um grande potencial para criar uma conexão mais profunda entre as marcas e seu local de origem, enraizando-se nas terras mineiras.

Essa conexão entre produto e território fortalece a identidade de Minas Gerais e facilita a implementação de uma política de regional branding, já que o estado possui uma rica herança cultural e valores amplamente reconhecidos no Brasil, mas ainda carece de maior reconhecimento internacional.

Portanto, surge uma oportunidade para que o governo estadual assuma o protagonismo no *nation branding* do Brasil no exterior e implemente o regional branding de Minas Gerais. A

cozinha mineira, que já projeta a gastronomia brasileira no cenário global, serve como um excelente exemplo. O pão de queijo é um símbolo forte, permitindo que os admiradores dessa iguaria conheçam e explorem outros aspectos culturais e produtivos do estado de Minas Gerais.

SUBEIXO - PROMOÇÃO COMERCIAL DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO

As políticas de incentivo às exportações desempenham um papel essencial na promoção da inovação e na recuperação do crescimento industrial, que é um agente crucial para a geração de empregos e a ampliação da renda no estado.

Os dados de comércio exterior de 2024 revelam uma concentração significativa de produtos com menor valor agregado, os quais representaram 80,5% das exportações da Indústria de Transformação, conforme a classificação setorial de intensidade tecnológica da OCDE. Em contrapartida, os produtos de maior intensidade tecnológica corresponderam a apenas 19,5% das exportações mineiras no mesmo ano.

Apesar do desafio da reindustrialização no Brasil, o aumento da participação da Indústria de Transformação na pauta exportadora, especialmente nos setores intensivos em tecnologia, é um aspecto extremamente positivo para diversificar as exportações e reduzir a vulnerabilidade econômica a choques externos. Indústrias com maior intensidade tecnológica apresentam maior produtividade e dinamismo, gerando externalidades positivas para toda a cadeia produtiva e para a sociedade, por meio da produção de produtos mais complexos.

Portanto, uma das metas centrais da política de comércio exterior de Minas Gerais é promover comercialmente os setores de alta e média-alta tecnologia, como os setores aeronáutico, farmacêutico, eletrônico, de produtos ópticos, veículos automotores e autopeças, instrumentos médicos e odontológicos, químicos, entre outros.

AÇÕES PROPOSTAS

Implementar o Projeto Comprador

O Projeto Comprador é uma iniciativa realizada em outros estados e objetiva aproximar grandes empresas, expositores e micro/pequenos empresários para gerar conexões e negócios, por meio do matchmaking das ofertas e demandas dos participantes em reuniões pré-agendadas, para que compradores internacionais possam conhecer os produtos e negociar com os fornecedores mineiros:

- O objetivo principal da realização do Projeto Comprador é promover a comercialização de produtos e serviços de Minas Gerais para mercados estratégicos de modo a gerar oportunidades de negócios e aumentar a presença de produtos e serviços mineiros no mercado internacional;

- A partir disso, almeja-se gerar negócios, que sejam imediatos ou com expectativas a médio e longo prazo; facilitar o processo de internacionalização de empresas de Minas Gerais; estreitar as relações comerciais entre Minas Gerais e mercados estratégicos; bem como promover a imagem de Minas Gerais como um polo exportador qualificado e diversificado;

- Setores prioritários serão: alimentos e bebidas (produtos originalmente mineiros, com alto valor agregado); moda (calçados, têxteis, gemas e joias); cosméticos; produtos químicos e fármacos; móveis; ciências da vida; máquinas e equipamentos;

- Público-alvo: micro, pequenas e médias empresas; indústrias; cooperativas e produtores rurais; compradores internacionais;

- Mobilização de parceiros como câmaras de comércio; entidades de classe; recintos alfandegados; Receita Federal; representações diplomáticas internacionais no Brasil e representações brasileiras no exterior; Invest Minas; Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA; SEBRAE Minas, FIEMG, FAEMG, Fecomércio, para alcançar maior capilaridade e inscrição de participantes. O apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID também será essencial para alcançar compradores internacionais;

- Avaliação de empresas aptas a participar do "Projeto Comprador": compradores internacionais com alto interesse em produtos mineiros;

- Matchmaking a ser realizado, de acordo com o porte da empresa, capacidade produtiva e maturidade para exportação;

- Atividades preparatórias às empresas mineiras e internacionais participantes;

- Realização de visitas técnicas a indústrias e plantações, para que compradores internacionais possam, após conferirem presencialmente a produção e/ou cultivo dos produtos, negociar com empresas mineiras;

- Contínuo contato com potenciais compradores internacionais para participação destes em feiras e eventos dos setores produtivos mineiros;

- Presença de tradutores, para que as tratativas sejam bem entendidas em inglês e espanhol;

- **Resultados esperados:** aumento das exportações mineiras dos setores participantes do projeto; consolidação de novos contratos comerciais; ampliação da rede de contatos internacionais das empresas mineiras; maior visibilidade internacional dos produtos de Minas Gerais;

- **Indicadores do Projeto Comprador:** expectativa de negócios imediatos e a longo prazo; número de empresas mineiras e número de compradores internacionais presentes;

- **Periodicidade:** anual.

Atrair eventos de Negócios Internacionais e Comércio Exterior para Minas Gerais

Embora Minas Gerais seja polo para grandes eventos dos setores produtivos, em especial, àqueles relacionados ao agronegócio, motivados pela vocação genuína do solo mineiro para fornecimento de alimentos, o estado possui atributos que o colocam em posição estratégica para receber, cada vez mais, eventos nacionais e internacionais de negócios e comércio exterior:

- Malha rodoviária de mais de 5 (cinco) mil quilômetros, conectada aos principais portos;
- Maior extensão de rodovias pavimentadas;
- Possui 14 recintos aduaneiros;
- Possui o primeiro Aeroporto Industrial do Brasil;
- O raio de 800 (oitocentos) quilômetros de Belo Horizonte compreende em 64% do PIB brasileiro;
- É o segundo maior mercado consumidor do país;
- Sedia o maior número de Universidades Federais do Brasil.

À medida que empresas e executivos redescobrem o Brasil além dos eixos Rio e São Paulo como oportunidades para promover mercadorias e serviços, Minas Gerais se destaca com um próspero ambiente de negócios, capaz de atrair esse público, especialmente por meio dos grandes eventos que o estado oferece.

Todavia, para atrair entidades de classe, multinacionais, investidores e organizadores de grandes eventos para Minas Gerais, é necessário um esforço conjunto entre os órgãos do Poder Executivo Estadual e a iniciativa privada mineira, com uma contínua e intensa promoção do estado tanto no Brasil quanto no cenário internacional.

Essa promoção da imagem de Minas Gerais e da marca "Minas" é realizada pela Secretaria de Estado de Comunicação Social (SECOM), Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT) e Invest Minas, de forma paralela e, em alguns casos, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), que realiza Missões Comerciais para promover os produtos mineiros no exterior. No entanto, sugere-se o aprimoramento das estratégias, com foco específico na atração de grandes eventos de negócios internacionais e comércio exterior, incluindo a participação da iniciativa privada nas ações.

Além disso, propõe-se o fortalecimento institucional e a participação ativa do governo estadual em iniciativas conjuntas com instituições do setor. Isso contribuirá para a estratégia de promoção da imagem de Minas na atração de grandes eventos de negócios internacionais e comércio exterior, incluindo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a Associação Brasileira de Estudos Aduaneiros (ABEAD), o Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais (CECIEx) e a Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (ABECE), entre outras.

Atraindo grandes eventos, sejam eles voltados para negócios internacionais ou comércio exterior, estimular-se-ão investimentos público-privados em infraestrutura, digitalização e inovação de bens e serviços a longo prazo. Isso permitirá a adaptabilidade do estado frente às mudanças tecnológicas e ao cenário dos mercados internacionais, bem como na recepção de visitantes com diferentes objetivos em solo mineiro.

Essas ações podem gerar um "efeito dominó": amplia-se a cultura exportadora nas cadeias produtivas, atraem-se investimentos, aumenta-se a produção e gera-se emprego e renda para a população mineira.

Promover a cultura exportadora em eventos de setores produtivos em Minas Gerais

Conforme abordado nas seções anteriores, Minas Gerais se destaca como um polo de grandes eventos nos setores produtivos, em virtude de sua vocação natural para a produção de alimentos, riquezas minerais e naturais, além de sua gastronomia de renome internacional.

Neste sentido, com o intuito de atrair eventos de negócios internacionais e comércio exterior para o estado, sugere-se a participação proativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), nos eventos que já fazem parte do calendário oficial de atividades do estado e dos municípios. Tal participação visa promover a ampliação e o intercâmbio de conhecimentos, bem como fornecer orientações qualificadas aos participantes acerca dos benefícios de acessar mercados internacionais.

Ações como estas podem contribuir para intensificação da cultura exportadora em Minas Gerais, ao atingir os atores que integram as cadeias produtivas, estratégicos para promoção de exportações mineiras:

- Expocachaça (Alimentos e Bebidas);
- Exposibram (Mineração)
- Expozebu (Pecuária);
- Fenova (Calçados);
- Femagri (Tecnologias e Maquinários para agricultura);
- Feira do Empreendedor SEBRAE Minas (Negócios);
- Fiip (Pedras Preciosas);
- Feira Nacional de Artesanato (Artesanato);
- Fenacouro (Couro);
- MinasTrend (Moda e Vestuário);
- Mostra de Móveis de Ubá (Móveis);
- Semana Industrial Mineira (Indústria);
- SIC (Cafeeiro);
- SuperMinas (Supermercadista).

Ampliar o número de Missões Comerciais para regiões e mercados estratégicos

Organizar missões comerciais internacionais para regiões e mercados estratégicos, como o Oriente Médio, América do Norte, Sudeste Asiático, Sul da África e Europa, é uma abordagem essencial para explorar o potencial dinâmico e diversificado destas regiões.

Nesse sentido, o mercado do Oriente Médio oferece cenário promissor para a exportação de produtos, com oportunidades para micro, pequenas e médias empresas nos setores de turismo, tecnologia agrícola e infraestrutura, alimentos e bebidas (de certificação halal) e cosméticos. Os Emirados Árabes Unidos e Bahrein, por exemplo, são mercados os quais aumentam, gradativamente, a participação na balança comercial brasileira, na importação de produtos mineiros, que podem ser exportados destes mercados para Afeganistão e Paquistão, bem como demais países que integram a *Liga Árabe*.

No caso do Sudeste Asiático, a Associação das Nações do Sudeste Asiático - *ASEAN*, apresenta-se como a junção de economias em crescimento, com população jovem, economicamente ativa e empreendedora.

O continente africano apresentou grande desenvolvimento econômico em 2024, por meio do estímulo à diversificação. A criação da Zona de Livre Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), com a presença de Camarões, África do Sul e Gana, pode indicar um mercado vasto para as exportações brasileiras, bem como a porta de entrada para alcançar outros países na mesma região.

Na América do Norte, por exemplo, o México abriu mercado para dezenas de produtos do agronegócio brasileiro, incluindo aqueles de valor agregado, e o Canadá deve retomar negociação de livre comércio com o Mercosul. No mesmo sentido, a União Europeia caminha para estreitamento dos laços econômicos com a América Latina, em especial, com o Brasil, por questões geopolíticas, de diversificação econômica, segurança alimentar e energética, sustentabilidade, mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e inovação.

Propõe-se, também, incentivar a participação de empresas mineiras em feiras e eventos internacionais relevantes para seus setores, de modo a proporcionar oportunidades de networking, a apresentação de novos produtos, o estabelecimento de parcerias comerciais, exposição e negociação direta com potenciais compradores.

Potencializar políticas públicas junto às demais Secretarias de Estado para promoção comercial de produtos mineiros

Nos últimos anos, um número crescente de países tem direcionado sua atenção para as causas ambientais, o que tem gerado um impacto significativo no comércio exterior. As legislações agora refletem uma preocupação crescente com a origem dos produtos e os processos de sua produção. Um exemplo disso é a União Europeia, que, em 2023, divulgou um regulamento que impõe a obrigação de *due diligence* (ou "diligência prévia") em cada transação. Nesse contexto, para garantir a continuidade dos acordos comerciais de exportação com a União Europeia, será necessário implementar um sistema de rastreamento dos produtos brasileiros, validando seus processos de fabricação, com o objetivo de assegurar que a produção esteja alinhada com os requisitos sustentáveis e de preservação ambiental.

4- A Liga Árabe foi criada em 22 de março de 1945. O organismo conta hoje com 22 (vinte e dois) membros. São eles: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria (suspensa), Somália, Sudão e Tunísia (MRE, 2024).

5- A Associação das Nações do Sudeste Asiático, ou ASEAN, foi criada em 8 de agosto de 1967 em Bangkok, Tailândia, com a assinatura da Declaração da ASEAN (Declaração de Bangkok) pelos países-fundadores da ASEAN: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Brunei Darussalam aderiu à ASEAN em 7 de janeiro de 1984, seguido pelo Vietnã em 28 de julho de 1995, Laos e Mianmar em 23 de julho de 1997 e Camboja em 30 de abril de 1999, constituindo o que hoje são os 10 (dez) Estados-membros da ASEAN.

A plataforma de rastreamento do Selo Verde em Minas Gerais, desenvolvida por meio de esforços colaborativos entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), configura-se como um ativo essencial na promoção dos produtos mineiros.

Portanto, propõe-se a implementação de políticas que incentivem a obtenção do Selo Verde por empresas privadas já inseridas no mercado internacional ou com interesse em ingressar no comércio exterior, seja na exportação ou importação de produtos. Assim, os produtos mineiros ganharão maior competitividade no mercado europeu, bem como em outros continentes.

Ampliar a divulgação das ações da Política Estadual de Comércio Exterior de Minas Gerais e oportunidades de negócios internacionais

Para promoção das exportações e facilitação do Comércio Exterior Mineiro, a divulgação das ações e das oportunidades de negócios internacionais é um fator importante na sensibilização para a cultura exportadora.

Portanto, o Minas Business Connection (MBC), a ferramenta virtual gerenciada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE), em parceria o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que já oferece suporte para promoção comercial de Minas Gerais por meio de uma rede de interação entre atores comerciais nacionais e internacionais, aumentará o alcance por meio de publicações e veículos de comunicação pertinentes ao empresariado mineiro.

Dentre suas vantagens, observa-se a interface do empresário mineiro com o suporte necessário em seu processo de exportação, vitrine de oportunidades identificadas nos mercados internacionais, notícias e informações atualizadas do comércio internacional de Minas Gerais, portal de comunicação entre os atores e a agenda de eventos nacionais e internacionais.

PERSPECTIVAS A LONGO PRAZO

Baixa capilaridade da promoção da cultura exportadora no estado e baixos níveis de capacitação sobre operações de comércio exterior

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, por meio das diretorias de Promoção de Exportação e de Arranjos Produtivos Locais e Associativismo, pode ampliar as ações de cultura exportadora junto aos APLs identificados no estado, os quais possuem

potencial de exportação de produtos, que incluem a atuação de importantes transmissores aos Arranjos Produtivos Locais, como as cooperativas e associações locais, para potencializar a promoção das exportações mineiras e promover capacitação, visto que o envolvimento destes atores pode impactar no aumento de municípios exportadores e minimizar a concentração de exportações em localidades tradicionais.

EIXO

02

Acesso e Competitividade em Mercados Internacionais

EIXO 2 - ACESSO E COMPETITIVIDADE EM MERCADOS INTERNACIONAIS

O mercado internacional tem se tornado cada vez mais competitivo, muito em virtude dos diversos efeitos da globalização - como a facilitação e agilidade dos transportes de mercadorias ou os acordos comerciais firmados entre países - que têm promovido maiores oportunidades de expansão comercial para as empresas em todo o mundo. Entretanto, ainda que haja essa maior disposição para a internacionalização das organizações no cenário global contemporâneo, observam-se muitos desafios para que as empresas iniciem esse processo e sigam obtendo êxito, uma vez que costuma-se ter muitos custos (logísticos, tributários, entre outros), concorrência local altamente produtiva, além da burocracia - sendo estes apenas alguns dos fatores que dificultam a internacionalização de empresas. Mas apesar de competitiva e burocrática, a internacionalização pode garantir muitas vantagens para as empresas que desejam buscar sua inserção no mercado externo.

CAPACITAÇÃO DE EMPRESAS

Neste sentido, para adaptar-se às demandas e à competitividade apresentadas pelo mercado internacional e, de fato, conseguir acessá-lo para se beneficiar de vantagens como a diversificação de mercados, aumento do lucro e consolidação da marca e imagem, por exemplo, a capacitação se mostra essencial para empresas mineiras que desejam explorar mercados internacionais, mas enfrentam desafios no entendimento do processo de exportação, estratégias de entrada, regulamentações e logística.

Por meio da capacitação, essas empresas podem entender a importância de um planejamento estruturado para a exportação, com etapas essenciais para a elaboração de um plano de exportação que inclua estudos de mercado, mapeamento de concorrência, estratégias de entrada e gestão de riscos. Da mesma forma, como a empresa pode avaliar a adequação de produtos aos padrões internacionais e as exigências regulatórias.

As operações de exportação são uma dificuldade à parte, que podem inibir uma empresa de tomar a decisão de exportar, devido ao caráter bastante técnico-procedimental. Portanto, a capacitação de empresas também auxilia na visão prática dos principais aspectos operacionais da exportação, com foco na documentação necessária, procedimentos aduaneiros e as melhores práticas para garantir conformidade e evitar atrasos. Incluindo, apontamentos sobre os desafios logísticos, como a escolha de modal de transporte, planejamento de custos, seguros de carga e gerenciamento de operações.

CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS

As certificações internacionais podem ser compulsórias ou voluntárias. As certificações compulsórias são exigidas para a produção e comercialização de determinados produtos, enquanto as certificações voluntárias são obtidas a critério das empresas e abrangem diversos tipos, incluindo aspectos como origem geográfica, sustentabilidade, aspectos sociais e éticos, entre outros. Neste cenário, podemos destacar as certificações gerais para exportação de:

- **Origem Preferencial:** Certificação emitida por empresas exportadoras para validar a origem das mercadorias, com o objetivo de garantir preferências ou isenções tarifárias. É utilizada exclusivamente para envios destinados a países que possuem acordos comerciais vigentes com o Brasil.

- **Origem Não-Preferencial:** Certificação que também valida a origem do produto, mas pode ser emitida para quaisquer países com os quais o Brasil não possua Acordo Comercial em vigor.

- **Certificado de Procedência:** Certificação que informa à aduana do país de destino qual é o local de procedência da mercadoria. É distinta da Certificação de Origem, que valida onde a mercadoria foi produzida. A procedência refere-se ao local onde o produto estava quando foi adquirido.

- **Certificado de Livre Venda:** Certificação que assegura à aduana do país de destino que a mercadoria exportada cumpre os requisitos necessários no Brasil e está apta para o comércio internacional.

Cabe destacar que cada produto possui orientações e requisitos para exportação, assim como cada país-destino também exige documentos distintos.

Outras certificações oferecem benefícios significativos, como a possibilidade de impulsionar o comércio internacional. Elas podem requerer a implementação de sistemas de controle específicos, a garantia de padrões de qualidade ou exigir a adoção de métodos de produção diferenciados. Dessa forma, a obtenção destas certificações pode abrir portas para novos mercados que exigem tais credenciais como condição de acesso.

O **Certificado de Origem** é o documento indispensável para que as mercadorias se beneficiem do tratamento tarifário preferencial, como redução ou isenção de impostos. Para tanto, sua emissão deve estar em conformidade com as regras de origem prescritas por cada acordo, que consistem em critérios de transformação substancial definidos por países ou blocos econômicos para caracterizar a origem das mercadorias. Atualmente, mais de 20 destinos concedem benefícios tarifários aos produtos brasileiros por meio do Certificado de Origem.

Incentivar e apoiar as empresas mineiras na obtenção de certificações internacionais constitui uma estratégia essencial para a promoção do comércio exterior, permitindo que essas empresas ampliem sua presença em mercados globais com demandas específicas. Nesse contexto, destacam-se duas certificações voluntárias especialmente estratégicas para os produtos de Minas Gerais: a certificação Halal e a certificação Kosher.

A certificação Halal, concedida por organizações islâmicas, atesta que os procedimentos de produção e industrialização seguem rigorosamente as regras estabelecidas pela jurisprudência islâmica, tornando os produtos aptos ao consumo pela população muçulmana. Estima-se que a população islâmica global alcance 1,6 bilhão de pessoas, o que representa aproximadamente 22% da população mundial. Com 22 países no Oriente Médio e no Norte da África predominantemente muçulmanos, além de expressivas minorias em diversas outras regiões, a certificação Halal oferece uma oportunidade promissora para os produtos mineiros acessarem mercados em expansão.

Já a certificação Kosher, concedida por agências rabínicas judaicas, assegura que os ingredientes, instalações e processos de produção estão livres de substâncias ou métodos que não sejam Kosher, garantindo a conformidade com os requisitos da tradição judaica. Além de atender à comunidade judaica, conhecida por sua rigorosa observância alimentar, a certificação Kosher é amplamente reconhecida como um indicativo de qualidade, higiene e respeito às normas éticas de produção. Por esse motivo, ela atrai consumidores de diferentes perfis, incluindo muçulmanos, adventistas, evangélicos, judeus, vegetarianos, veganos e pessoas com restrições alimentares, especialmente em mercados como os Estados Unidos e a Europa. Assim, a certificação Kosher agrega valor ao produto e amplia sua competitividade em nichos diversos.

A Diretoria de Promoção de Exportações (DIPEX) tem trabalhado ativamente na formação de parcerias com entidades certificadoras, promovendo a divulgação dessas certificações como ferramentas estratégicas para a inserção no mercado internacional. Além disso, a DIPEX realiza capacitações para que as empresas mineiras adaptem seus processos produtivos e, consequentemente, o acesso a novos mercados.

AÇÕES PROPOSTAS

Fortalecer o relacionamento com canais diplomáticos internacionais no Brasil e Câmaras de Comércio

A Diretoria de Promoção de Exportações (DIPEX), por meio do programa "Minas Geração de Valor", tem a função de implementar iniciativas voltadas à promoção do Comércio Exterior Mineiro, visando apoiar o crescimento do comércio internacional no estado, com foco no aumento das exportações.

Pode-se exemplificar atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE junto às Câmaras de Comércio instaladas em Minas Gerais.

Em outra via, o estreitamento de laços e participação ativa junto às representações diplomáticas internacionais no Brasil (consulados e embaixadas), apresenta-se pertinente atuação conjunta à Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC, especificamente, com a Superintendência de Relacionamento Nacional e Internacional, que detém a competência de direcionar a atuação internacional e paradiplomacia, segundo o Decreto Estadual nº 48.628, de 02/06/2024.

Pois, dessa forma, utiliza-se a capilaridade da Casa Civil para divulgar as ações de fortalecimento do comércio exterior mineiro, que é uma das medidas propostas para aumentar os negócios e o intercâmbio comercial e diversificação de parceiros.

As oportunidades podem ser identificadas pelos 2 (dois) órgãos do Poder Executivo Estadual, por meio de organizações e plataformas:

- Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios;
- Secretaria de Assuntos Econômicos e Comércio Exterior;
- Apex-Brasil;
- Comitê Nacional de Facilitação de Comércio;
- Câmara de Comércio Exterior;
- Corpo Consular de Minas Gerais e Consulados não-associados;
- Representações diplomáticas internacionais no Brasil;
- Câmaras de Comércio instaladas em Minas Gerais e no Exterior;
- Representações brasileiras no exterior;

Por meio das tratativas iniciadas com as referidas instituições, a DIPEX poderá continuamente: (a) localizar e avaliar oportunidades de negócios com diversos países; (b) implementar inovação às políticas públicas para o comércio exterior mineiro; (c) promover a

internacionalização e capacitação de empresas mineiras com aptidão produtiva para os processos de exportação e importação; (d) divulgar projetos instaurados pelo estado; (e) conhecer os principais desafios e as formas mais efetivas de superá-los.

Nesse sentido, propõe-se a construção de estratégia de colaboração entre esta Diretoria e as instituições mencionadas, na qual projetos serão focados na divulgação à classe empresarial e produtiva internacional de forma a construir relações independentes de intermediadores, tornando as tratativas mais ágeis e eficientes.

Promover a capacitação sobre certificações internacionais

Oferecer e estimular a participação de empresas mineiras em programas de certificação de qualidade reconhecidos internacionalmente, tal como Halal e Kosher, visando melhorar a qualidade dos produtos, atender a conformidade com padrões internacionais e compreender melhor as demandas do mercado internacional.

Para fortalecer a promoção de certificações entre as empresas e produtos mineiros, as seguintes ações servirão como os principais pilares:

- **Capacitação:** capacitações sobre as certificações Halal e Kosher, entre outras, por meio de seminários, workshops e materiais informativos que demonstrem os benefícios diretos da certificação para a competitividade no mercado internacional.

- **Parcerias estratégicas:** Fortalecer as parcerias com entidades certificadoras e organizações internacionais, facilitando o acesso das empresas mineiras aos processos de certificação, além de promover a troca de conhecimento e boas práticas.

- **Facilitar o acesso a informações e contatos:** Disponibilizar informações específicas sobre o tema para direcionar e simplificar quais fontes, instituições, organizações ou plataformas, as empresas devem acessar para obter serviços relacionados a adequação de seus processos para obtenção das certificações.

A agregação contínua de informações sobre essas e outras certificações emergentes será fundamental para a promoção de produtos mineiros em novos mercados internacionais. Assim, a DIPEX tem como meta a incorporação da promoção de certificações como parte da estratégia de acesso e diversificação para novos mercados consumidores, garantindo que as empresas mineiras estejam sempre alinhadas às demandas globais.

Fomentar a Inovação para Exportação

O fomento da inovação para a exportação envolve um conjunto de estratégias que visam aumentar a competitividade das empresas no mercado internacional. Em um ambiente doméstico e internacional em que a Inteligência Artificial se desponta como uma das principais ferramentas para aumento da produção e otimização dos recursos, a capacidade de inovar e adaptar produtos às demandas internacionais é um diferencial estratégico para o sucesso nos mercados externos.

A implementação de medidas de apoio à inovação na produção e exportação se tornou essencial para garantir que as empresas mineiras estejam preparadas para a volatilidade da economia global, inseridas em mercados cada vez mais competitivos.

A integração do comércio exterior aos meios digitais possibilita a democratização do acesso à informação sobre os benefícios de exportar e importar; no alcance da capacitação para os processos de comércio exterior; alcance de oportunidades de negócios; marketing de produtos direcionado a mercados internacionais e, além disso, agregação de valor aos produtos que serão enviados ao exterior.

Nesse sentido, propõem-se as seguintes medidas:

- Parcerias com organismos governamentais e entidades de classe, como a Subsecretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia - SUBINOVA; Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; Federação da Agricultura e da Pecuária de Minas Gerais - FAEMG; e Centro de Inovação Tecnológica - CIT/FIEMG para a promoção de inovação em setores exportadores;

- Divulgação de programas mineiros já existentes de incentivo à inovação como:
  - Programas de investimento em inovação da SUBINOVA como o Compete Minas e o HUB MG;
  - Programas de apoio e capacitação em setores inovadores da FAPEMIG como o Programa de Apoio à Interação Governo-ICT-Empresa e Programa de Apoio aos Ambientes Promotores de Inovação;
  - Núcleos de inovação tecnológica em universidades como a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica - UFMG, Parque Tecnológico de Viçosa - tecnoPARQ - UFV e PUCTec - PUC Minas).

PERSPECTIVAS A LONGO PRAZO

Unidades de beneficiamento e certificação

A falta de unidades de beneficiamento e de certificações adequadas representa um desafio para a promoção de produtos como mel e doces artesanais no comércio internacional, dentre outros produtos. A infraestrutura de beneficiamento é crucial para garantir qualidade e atender aos padrões internacionais, mas muitos produtores enfrentam dificuldades devido à falta de instalações adequadas. Além disso, a falta de certificações específicas, como normas fitossanitárias, impede que esses produtos sejam aceitos em mercados exigentes. Para superar isso, é necessário investir em capacitação e apoio técnico, criar mais laboratórios regionais de controle de qualidade e sistemas de rastreabilidade, além de promover parcerias para melhorar as embalagens e atender às exigências dos mercados internacionais. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais pode coordenar programas de incentivo à modernização das unidades de beneficiamento.

EIXO

03

Infraestrutura Logística e de Transporte

EIXO 3 - INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TRANSPORTE

Minas Gerais, devido à sua vasta extensão territorial e à ausência de acesso direto a portos marítimos, enfrenta desafios logísticos. Apesar disso, o transporte marítimo continua sendo o principal modal utilizado pelas empresas mineiras no comércio exterior.

Predominantemente os produtos exportados pelo estado de Minas Gerais, deixaram o país através de três métodos de transporte: marítimo (89,6%), aéreo (6,2%) e rodoviário (3,4%). Juntos, eles compõem 99,1% das exportações de Minas Gerais em 2024.

Via de Transporte	Valor (US$)	Participação	Variação % (2024/ 2023)
Marítima	$37.659.649.260,00	89,6%	3,7%
Aérea	$2.588.404.541,00	6,2%	14,2%
Rodoviária	$1.440.153.459,00	3,4%	-10,3%
Meios Próprios	$164.846.606,00	0,4%	89,5%
Ferroviária	$4.030.194,00	0,01%	-39,8%
Outros Meios	$195.856.570,00	0,5%	93,1%

(Dados extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024)

Em 2024, os portos de Itaguaí, Vitória e Campos dos Goytacazes foram os mais utilizados para exportações mineiras, respondendo juntos por 91,1% do volume total exportado, impulsionados principalmente pelo escoamento de minério de ferro. O Porto de Santos, por sua vez, representou 7,1% do volume exportado, mas se destacou como a principal via de saída para uma maior diversidade de mercadorias.

Ao considerar o valor FOB (*Free on Board*) das exportações mineiras, Santos lidera com 40,4%, seguido por Vitória (18,5%) e Itaguaí (16%). Esses números reforçam a relevância estratégica de Santos para produtos como café, açúcar de cana e soja, além de uma vasta gama de produtos.

A exportação de bens minerais segue como um dos pilares da pauta exportadora de Minas Gerais, reforçando a importância da logística para a competitividade do Estado no mercado nacional e internacional. No entanto, a ausência de acesso direto a portos marítimos torna essencial uma infraestrutura logística eficiente, garantindo o escoamento dos minerais estratégicos e sustentando a posição de destaque de Minas Gerais no comércio global.

Sob a perspectiva de aprimorar o suporte logístico às cadeias produtivas, a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Seinfra formulou o Plano Estadual de Logística e Transportes de Minas Gerais (PELT-MG), que busca aumentar a eficiência da matriz de transporte estadual, contemplando rodovias, ferrovias, aeroportos, vias navegáveis e suas intermodalidades. Este plano inclui uma análise detalhada e priorização de ações de infraestrutura voltadas ao escoamento das principais mercadorias de Minas Gerais, com destaque para os minerais, que respondem por uma parcela significativa das exportações do Estado.

Um exemplo dessa relevância é o Projeto Estratégico Vale do Lítio, que consolida Minas Gerais como líder na transição energética global e protagonista no comércio de minerais estratégicos no Brasil. A infraestrutura de escoamento interno no estado ocorre predominantemente pelo modal rodoviário, que, por sua vez, enfrenta desafios como a precariedade de algumas rodovias e a sensibilidade à variação nos custos de combustíveis. O modal rodoviário é essencial para a logística do estado, mas necessita de investimentos contínuos para melhorar a infraestrutura e reduzir os custos operacionais, em especial na infraestrutura local na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Após o trajeto rodoviário, as mercadorias são levadas às zonas primárias para o despacho aduaneiro.

Embora o transporte marítimo domine em volume (99,6% do total exportado pelo estado em quilogramas líquidos), o transporte aéreo exerce papel fundamental no escoamento de produtos de maior valor agregado. Em 2024, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) divulgou que a movimentação brasileira de cargas internacionais bateu recorde de 891,6 mil toneladas, que é o melhor resultado desde janeiro de 2000.

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves, apesar de ser a única zona primária alfandegada em Minas Gerais, ocupa a 10ª posição no ranking nacional de recintos alfandegados que escoaram produtos mineiros por valor FOB, com 0,7% do total exportado pelo estado.

Esses desafios também influenciam a decisão de muitas empresas em realizar o desembaraço aduaneiro fora do estado de Minas Gerais, apesar da legislação vigente assegurar tal modalidade somente em casos excepcionais. Essa prática resulta em impactos para o estado, que acaba reduzindo sua competitividade na escolha de operadores logísticos, além de trazer impactos também para a arrecadação local.

A pesquisa "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras", realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2022, revelou que questões logísticas são um dos principais desafios para as exportações brasileiras. Entre os maiores desafios estão o custo elevado do transporte internacional, as altas tarifas portuárias e os custos do transporte doméstico. Esses fatores, combinados com a volatilidade cambial e a ineficiência portuária, compõem o cenário de entraves enfrentados pelas empresas brasileiras e, por consequência, constituem os principais problemas enfrentados pelas empresas mineiras.

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

Minas Gerais detém a maior malha rodoviária do país, que representa 16%, aproximadamente, do somatório de rodovias estaduais, federais e municipais. Em território mineiro, são 272.063 km^2 de rodovias. Deste número, 9.205 km são estradas federais, 22.286 km^2 de estradas estaduais pavimentadas, e 240.572 km^2 de estradas municipais, na maioria não pavimentadas. Quanto às características das estradas, a malha federal é quase toda pavimentada, 576,60 km não são pavimentados. A estadual se divide em 22.286 km pavimentados e 4.925,75 km não pavimentados e 316,4 km com obras de pavimentação em andamento. A maioria das rodovias municipais não é pavimentada.

Minas Gerais possui uma extensa malha rodoviária que conecta as principais cidades e regiões do estado. Destacam-se as rodovias federais como a BR-040, BR-381 e BR-262, que ligam o estado a outros importantes centros urbanos e portos.

INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

Minas Gerais é o estado brasileiro que possui a maior malha ferroviária do país representando cerca de 18% de toda a rede nacional. Ao total, são 5.545,60 km de ferrovias, sendo 4.919 km de malha ferroviária sob concessão (FCA/VLI, MRS, VALE/EFVM, Rumo Logística). Dentre os 853 municípios mineiros, aproximadamente 180 municípios são cortados pela ferrovia no estado.

A malha ferroviária de Minas Gerais é crucial para o transporte de cargas e o estado possui posição estratégica para o escoamento da produção minerária e de grãos, com ligação em três dos maiores complexos portuários do Sudeste, sendo o Complexo do Tubarão (Vitória/ES), Porto de Sepetiba (Rio de Janeiro/RJ) e Porto de Santos. A Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM e a Estrada de Ferro Centro-Atlântica - EFCA são exemplos de importantes ferrovias que atravessam o estado.

O Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais (PEF Minas) é a soma de esforços entre o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA), e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). Com o objetivo de avaliar a infraestrutura ferroviária existente, identificando a viabilidade e o potencial de novos projetos de transporte de cargas e passageiros, o plano oferece embasamento técnico e econômico-financeiro para direcionar ações prioritárias do governo no setor ferroviário.

Desenvolvido pela Fundação Dom Cabral, o PEF Minas introduz um modelo pioneiro no Brasil, permitindo que empreendedores privados construam, recuperem e operem ferrovias sob regime de livre concorrência, inspirado nas shortlines americanas. Esse modelo tem potencial para atrair investimentos superiores a R$ 10 bilhões nos próximos anos, conforme dados disponibilizados pela SEINFRA.

Adentrando ao aspecto normativo, a Lei Estadual nº 23.801/2021, de 21 de maio de 2021, estabelece isenção do ICMS para insumos e bens destinados à fabricação e manutenção de trens, locomotivas, vagões e componentes de infraestrutura ferroviária. Além disso, concede isenção fiscal às prestações de transporte ferroviário intermunicipal de cargas e passageiros realizadas no estado. Essas iniciativas têm como objetivo incentivar investimentos no modal ferroviário, promovendo sua modernização e competitividade, fatores essenciais para o fortalecimento da logística estadual e o desenvolvimento do comércio exterior.

O Decreto Estadual nº 48.202/2021, de 8 de junho de 2021, regulamenta o regime de autorização para exploração de infraestruturas e serviços ferroviários em Minas Gerais, conforme disposto na Lei nº 23.748/2020. A norma define diretrizes para a outorga de autorizações a empreendedores privados, permitindo a construção, recuperação e operação de ferrovias sob regime de livre concorrência e por conta e risco dos autorizatários. Entre os aspectos destacados estão a segurança jurídica para atrair investimentos, a liberdade tarifária condicionada à ordem econômica e prazos contratuais de até 99 anos, com possibilidade de renovação. O decreto busca fomentar a integração modal, a sustentabilidade e a competitividade, além de impulsionar o desenvolvimento econômico do estado, assegurando que os projetos atendam a requisitos técnicos, ambientais e sociais.

A Lei nº 23.801/2021, de 21 de maio de 2021 e o Decreto nº 48.202/2021, de 8 de junho de 2021 projetam redução de custos a partir da redução tributária e o aumento de investimentos no setor, sendo portanto, externalidades positivas aptas a reduzir os custos de frete e dos transportes de maneira geral se desdobrando em eventuais impactos para a política de comércio exterior.

ESTRUTURA ADUANEIRA

Os Recintos Aduaneiros são espaços onde ocorre o controle e regulamentação de transações comerciais internacionais, divididos em zona primária e secundária. A zona primária, restrita a portos e aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, permite a entrada e saída de mercadorias do país, por outro lado, a zona secundária engloba o restante do território nacional, incluindo aéreo e marítimo.

Portos Secos e Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA) são exemplos de estruturas presentes na zona secundária. Nestes recintos são realizadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias. A responsabilidade pelo controle aduaneiro nessas áreas é da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

O crescimento expressivo do comércio exterior tem impactado diretamente as estruturas das zonas primárias, resultando em sobrecarga nos terminais, especialmente nos portos marítimos. Dessa forma, muitas operações têm focado predominantemente nas áreas de movimentação de cargas. Como consequência, os custos de armazenagem e os prazos de liberação das cargas na zona primária têm aumentado, devido à alta demanda e à consequente sobrecarga de trabalho nos processos alfandegários.

Nesse contexto, os recintos localizados na zona secundária, destacam-se por oferecerem custos de armazenagem mais baixos e processos mais ágeis de liberação de cargas. Além disso, permitem a aplicação de diferentes regimes aduaneiros especiais, como o entreposto aduaneiro, o depósito alfandegado certificado, o drawback e afins, proporcionando vantagens competitivas para os importadores e exportadores. Logo, a decisão dos operadores de comércio exterior em utilizar os serviços de um porto seco está diretamente relacionada à redução dos custos logísticos proporcionada pela zona secundária.

Uma estratégia estabelecida é a interiorização do despacho aduaneiro, visando agilizar os processos de comércio exterior e reduzir custos para os operadores, bem como promover o desenvolvimento econômico, industrial e comercial. Essa interiorização ocorre por meio da implantação de Portos Secos em regiões estratégicas, próximas a portos, aeroportos, fronteiras e áreas de produção e consumo.

Em Minas Gerais, existem ao total 14 recintos aduaneiros, sendo: 1 Aeroporto Internacional - Confins; 4 CLIAs localizados em Betim, Pouso Alegre, Uberlândia e Varginha; 2 Portos secos: o Porto Seco do Triângulo, localizado em Uberaba, e o Porto Seco de Juiz de Fora; 2 Terminais de Cargas (TECA) localizados em Confins e Goianá; 4 Redex (Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação) localizados em Contagem, Guaxupé, Machado e Poços de Caldas e 1 Zona de Processamento de Exportação - ZPE em Uberaba.

TRANSPORTE AÉREO

O Aeroporto Indústria do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins se constitui como o primeiro entreposto aduaneiro do país, no qual empresas encontram soluções de logística integrada, com armazenamento e controle de cargas end-to-end para sua produção. Além disso, com conexão direta com uma zona primária de importação e exportação, possui isenção de impostos federais e estaduais para produzir mercadorias destinadas à exportação. Ademais, a política do Aeroporto Indústria fornece às empresas benefícios como a gestão do produto final, na qual durante todo o processo da industrialização, os impostos ficam suspensos. Neste caso, os produtos podem ficar até 1 ano em estoque, e aguardam sua comercialização para então serem tributados. Com isso, há uma redução nos prejuízos com perda de insumos, dado um rigoroso controle do estoque vs. produto final com Just-in-Time e Kanban. Além disso, a empresa administradora possui o know how para ativar toda a estrutura logística necessária para uma nova empresa em 60 dias.

O estado conta com diversos aeroportos no interior de Minas Gerais com linhas regulares de transporte aéreo, focados no transporte de passageiros. Os aeroportos no estado estão situados nos municípios de Montes Claros, Uberlândia, Uberaba, Araxá, Patos de Minas, Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Divinópolis, Juiz de Fora, São João Del Rei, Ipatinga, Governador Valadares e Diamantina.

- **Porto Seco de Juiz de Fora**

O Porto Seco de Juiz de Fora, na região da Zona da Mata, possui acesso rodoviário por meio das rodovias BR 040, BR 267 e BR 116, estando localizado há 200 km do Porto do Rio de Janeiro, 280 km de Belo Horizonte, 474 km de Vitória e 476 km de São Paulo.

- **Clia Betim**

O Clia Betim é responsável por aproximadamente 40% das importações via recintos alfandegados em Minas Gerais. Esse foi o primeiro recinto aduaneiro de Minas Gerais a ser certificado pela Receita Federal Brasileira para trabalhar como Operador Econômico Autorizado - OEA. Todo operador certificado como OEA é dispensado do visto na sua guia de ICMS/Importação - GLME, no momento do desembaraço aduaneiro dentro do Estado, conforme disposto no Decreto 47.294 de 24 de novembro de 2017, que altera o Regulamento do ICMS - RICMS.

- **Porto Seco de Varginha**

Apesar da razão social adotar o nome de Porto Seco, trata-se de um CLIA e está localizado há 320 km do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte - CNF, 300 km do Aeroporto de

Guarulhos, 320 km do Aeroporto de Viracopos, 370 km do Porto de Santos e 380 km do Porto do Rio de Janeiro. Esse recinto é administrado pela empresa Armazéns Gerais Agrícola. O recinto fica instalado próximo ao Aeroporto Municipal, que atende voos regulares de passageiros e cargas.

- **Porto Seco do Triângulo**

O Porto Seco do Triângulo – EADI/Uberaba conta com um ramal ferroviário, isto é, uma linha férrea subsidiária que liga Uberaba a Belo Horizonte, ao Porto de Santos e ao Porto de Vitória, sendo um acesso facilitado aos portos do Rio de Janeiro e Paranaguá. Esse porto seco fica instalado no Distrito Industrial II da cidade, a 500 metros da Rodovia BR 050.

- **Clia de Pouso Alegre**

O Clia está localizado a 380 km do Aeroporto de Belo Horizonte e situado na rodovia Fernão Dias, a BR-381. Esse Centro Logístico e Industrial é administrado pelo Armazéns Gerais Sul das Gerais.

RECINTO ESPECIAL PARA DESPACHO ADUANEIRO DE EXPORTAÇÃO (REDEX)

O REDEX é um recinto aduaneiro que oferece condições diferenciadas para exportação otimizada, ágil e eficiente. Processo de exportação de mercadorias, possui maior agilidade e reduz custos de transporte e logística, por meio dos serviços próprios do despacho aduaneiro de exportação com lacração e certificação da Receita Federal e do MAPA são alguns dos benefícios.

O REDEX pode estar localizado no próprio exportador ou em local específico gerenciado pela iniciativa privada. Para obter a habilitação de um recinto como REDEX, as empresas exportadoras necessitam cumprir as exigências da Receita Federal do Brasil.

Em Minas Gerais, encontramos dois recintos como estes: um REDEX está localizado no município de Contagem, operado pela empresa Tora Logística, que possui 440 mil m^2 e 150 mil m^2 de área alfandegada; tem Pêra Ferroviária em Bitola mista: possibilita a operação de vagões da VLI e MRS, transferindo cargas entre rodovia e ferrovia entre ferrovias. Está a 12 km de Belo Horizonte e a 343 km do Rio de Janeiro. O outro, localizado no município de Guaxupé, não sobrecarrega o Porto de Santos em relação ao trabalho de inspeção e fiscalização das cargas em contêineres.

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES (ZPE'S)

As Zonas de Processamento de Exportação são áreas de livre comércio, para implantação de empresas que fabricam, sobretudo, produtos que são comercializados internacionalmente, caracterizado por um regime aduaneiro especial exportador sob controle alfandegado e recebe benefícios tributários.

Em Minas Gerais, o município de Uberaba sedia uma ZPE, que está localizada em região líder na produção de grãos, açúcar e álcool, além de ser reconhecida pela qualidade da genética bovina. Interliga-se a dezenas de municípios, através das principais rodovias do Brasil: BR-050 e a BR 262, além de rodovias estaduais como a MG-427 e MG-190.

Empresas com projetos industriais contam com benefícios administrativos, tributários, cambiais, com segurança jurídica, assegurados por 20 anos e prorrogáveis por igual período, no caso de grandes investimentos que exijam longos prazos de amortização.

O Governo de Minas Gerais pode desempenhar um papel estratégico na atração de investimentos para a ZPE de Uberaba por meio da atuação coordenada da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Invest Minas, sua agência de promoção de investimentos. Essa atuação pode incluir a promoção ativa da ZPE em missões internacionais e eventos setoriais, destacando os diferenciais competitivos de Uberaba, como sua posição logística privilegiada e a identificação e prospecção de empresas com perfil exportador que tenham sinergia com as vocações regionais.

AÇÕES PROPOSTAS

Execução de trabalho em conjunto com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais e com a Diretoria de Desenvolvimento Logístico para a realização de melhorias na infraestrutura de transporte do estado.

1. Desenvolver e implementar o Roadmap Setorial do Transporte, alinhando tecnologias e práticas de transporte ao futuro da mobilidade em Minas Gerais, contribuindo para aumentar a eficiência logística e a competitividade das exportações mineiras, reduzindo custos operacionais e fortalecendo a integração do estado com os principais mercados internacionais.

2. Instituir o monitoramento e a promoção de práticas sustentáveis no transporte internacional de cargas:

- Implementar ações para a adoção de combustíveis sustentáveis, como bioquerosene e opções alternativas para ferrovias e aviação, que permitirá atender às exigências ambientais dos mercados globais e ampliar o acesso a parceiros comerciais que priorizam práticas sustentáveis.
- Incentivar o uso alternativo para transportes pesados de carga como o GNV e de células a combustíveis como de hidrogênio nas rodovias, agregando valor aos produtos exportados e posicionando o estado como referência em inovação e sustentabilidade no comércio internacional.

3. Ampliar e diversificar os mercados para cadeias produtivas voltadas ao transporte de carga aérea:

- Conduzir negociações e parcerias estratégicas para atrair novos mercados e oportunidades para o setor de transporte de cargas.
- Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura e logística para expandir a capacidade do transporte aéreo em Minas Gerais.

4. Cooperação com o Plano Estadual de Logística e Transportes - PELT visando otimizar a infraestrutura e a integração dos sistemas de transporte

A melhoria na infraestrutura de transporte é essencial para otimizar a exportação e fortalecer a competitividade econômica de um país. Quando o sistema de transporte é eficiente, as mercadorias chegam mais rapidamente aos portos e aeroportos, reduzindo custos e aumentando a confiabilidade das entregas. Investimentos em rodovias, ferrovias e portos são fundamentais para garantir que os produtos sejam movidos de forma ágil e segura.

Modernizar e expandir a rede de rodovias melhora significativamente a capacidade de transporte, permitindo o deslocamento de grandes volumes de carga com maior eficiência, sendo importante principalmente para regiões produtoras que precisam acessar portos para enviar suas mercadorias ao mercado internacional. As ferrovias, por sua vez, oferecem uma alternativa eficiente para o transporte de cargas pesadas e volumosas, especialmente em distâncias mais longas, e podem reduzir os custos associados ao transporte terrestre.

A melhoria da infraestrutura de transporte é vital para potencializar a exportação e fortalecer a economia de um país. A modernização e expansão de rodovias e ferrovias garantem um fluxo mais eficiente e econômico das mercadorias.

PERSPECTIVAS A LONGO PRAZO

Melhoria da Infraestrutura Logística e Aduaneira

A reestruturação das unidades aduaneiras, juntamente com a revitalização e criação de novas linhas ferroviárias, são medidas cruciais para aumentar a eficiência e competitividade do comércio exterior em Minas Gerais. Um exemplo disso é a linha férrea da FCA, que conectará Minas Gerais ao Espírito Santo, passando pelo Rio de Janeiro e, também, pelo Porto de Açu (Projeto EF-118), representando uma infraestrutura estratégica que precisa ser restaurada para impulsionar o escoamento de produtos e reduzir também a dependência do Porto de Santos. A modernização da infraestrutura aduaneira, com a adoção de tecnologias digitais, simplificação da burocracia e integração com outros estados e órgãos governamentais, é fundamental para reduzir custos e agilizar os processos. Além disso, é necessário investir no fortalecimento da infraestrutura logística, com foco na criação de novas linhas ferroviárias para o escoamento de produtos agrícolas, semimanufaturados e manufaturados, que hoje dependem excessivamente das rodovias. A solução deve ser buscada no Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT), que reúne os principais atores institucionais envolvidos na infraestrutura e no desenvolvimento logístico de Minas Gerais.

EIXO

04

Questões Aduaneiras e Tributárias

EIXO 4 - QUESTÕES ADUANEIRAS E TRIBUTÁRIAS

Minas Gerais enfrenta desafios e oportunidades em seus diversos setores do comércio exterior. A infraestrutura logística, por sua vez, é vital para operações aduaneiras e necessita de constantes aprimoramentos. Além disso, a competitividade das empresas mineiras é diretamente afetada por questões tributárias e aduaneiras, destacando assim a importância da capacitação profissional e da colaboração público-privada. Neste contexto, compreender o cenário atual da Reforma Tributária é de suma importância, pois fornecerá uma base sólida para avaliar as mudanças propostas e suas implicações nos setores econômicos mineiros e no comércio exterior brasileiro que representa em torno de 20% a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

É importante destacar que Minas Gerais, como parte integrante deste cenário, será impactada pela proposta da Reforma Tributária, que visa alterar os impostos federais, incluindo a transição do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), bem como a alteração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) estadual e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Essas mudanças poderão afetar diversos setores, como serviços, combustíveis, finanças e locação de recursos, especialmente no que se refere às operações no comércio exterior.

Adicionalmente, é relevante mencionar os regimes voltados ao fomento das exportações, como o Drawback e o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF), os quais desempenham papel essencial para as empresas mineiras e são fundamentais para manter a competitividade no mercado internacional.

A introdução do princípio da alíquota única, vinculada ao local de consumo, também afetará os incentivos fiscais do ICMS concedidos pelos estados, como as tradings companies, especialmente no serviço de importação indireta incentivada. A partir de 2029, os benefícios do ICMS concedidos pelo estado serão gradualmente reduzidos, com a extinção prevista para 2033, quando a CBS e o IBS entrarão em vigor plenamente.

Além do exposto, a tributação sobre serviços logísticos, como armazenagem, transporte e

manuseio de mercadorias, está sujeita a mudanças. A variação nos custos desses serviços pode impactar diretamente a competitividade das operações de comércio exterior assim como as tomadas de decisões logísticas das empresas. Portos e aeroportos muitas vezes dependem desses estímulos para atrair investimentos e promover o comércio internacional. Há de se dialogar o entendimento quanto às alterações na legislação tributária poderiam impactar a disponibilidade e atratividade desses incentivos, influenciando o desenvolvimento dessas infraestruturas estratégicas.

É essencial que a proposta de Reforma Tributária promova um diálogo entre os setores público e privado. Essa interação é de suma importância para compreender as necessidades específicas do setor logístico e identificar possíveis impactos adversos. Por meio desse diálogo, busca-se a continuidade da eficiência e competitividade das operações no mercado internacional. Essa abordagem participativa fortalece a implementação das mudanças tributárias, mas também contribui para um ambiente econômico mais equilibrado e o desenvolvido para o Estado de Minas Gerais inserido nesse cenário global.

PREOCUPAÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária propõe a unificação do PIS/Confins e do IPI em um único imposto, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja alíquota será definida pela União. Além disso, haverá a fusão do ICMS e do ISSQN em um novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja alíquota será determinada por estados e municípios. A alíquota de referência de 26,5% para CBS/IBS é mais alta que a combinação atual de ICMS/ISS/PIS/COFINS, mas o benefício é uma menor restrição à tomada de créditos, especialmente em operações que envolvem tanto bens quanto serviços, agora sob a mesma base de tributação. Outro ponto relevante é a criação do Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, incluindo:

- Veículos;
- Embarcações e aeronaves;
- Produtos fumígenos;
- Bebidas alcoólicas;
- Bebidas açucaradas;
- Bens minerais extraídos e
- Concursos de prognósticos e Fantasy Sport

No entanto, o texto aprovado não estabelece critérios objetivos claros para a definição de bens prejudiciais, deixando em aberto o que se pretende combater ou desestimular.

O IS de competência da União, terá alíquotas definidas por lei ordinária. No que se refere aos bens minerais, apenas o minério de ferro e seus concentrados foram incluídos, juntamente com petróleo e gás, como os únicos bens sujeitos ao IS em operações de extração.

Esse ponto é crucial para Minas Gerais, onde o minério de ferro representou 30% das exportações em 2024. O aumento nos custos do minério de ferro, em decorrência da incidência do IS, prejudicará a competitividade internacional, já que a elevação dos custos de produção, fortemente impactados pela carga tributária, tende a reduzir a competitividade dos produtos mineiros. Além disso, toda a cadeia produtiva nacional será afetada, pois o repasse dos custos do IS para os compradores afetará indústrias que utilizam o minério de ferro como insumo.

Outro fator de preocupação é a incidência do IS sobre a extração de petróleo e gás, com possíveis reflexos sobre o preço dos combustíveis. Minas Gerais, devido à sua extensa malha rodoviária, depende fortemente do transporte terrestre para escoar suas mercadorias para exportação. Um aumento nos preços dos combustíveis elevaria o custo do frete, impactando negativamente a competitividade das mercadorias mineiras no mercado internacional.

A Reforma Tributária brasileira, ao simplificar a estrutura fiscal e reduzir a burocracia, representa um passo importante na modernização do sistema tributário e na promoção da competitividade. Entretanto, os impactos da criação do Imposto Seletivo e a ampliação da base tributária sobre o setor de bens imateriais, somados à tributação sobre a extração de bens minerais, podem gerar novos desafios para a economia mineira.

REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS

Regimes aduaneiros especiais são modalidades que proporcionam vantagens fiscais, como a isenção ou suspensão, parcial ou total, de tributos, e dessa forma, manifestam-se como exceção da regra geral de aplicação de impostos para a exportação e para a importação. Assim, o regime aduaneiro especial é caracterizado por procedimentos aduaneiros que devem ser realizados após o desembaraço aduaneiro, como o controle administrativo no prazo vigente do regime específico.

Eles são mecanismos estabelecidos pela legislação para facilitar e incentivar operações de comércio exterior, permitindo que empresas realizem importações e exportações com condições diferenciadas. Esses regimes podem incluir a suspensão, isenção ou redução de tributos para determinadas operações, desde que cumpram requisitos específicos. Os

principais benefícios são a redução de custos, a simplificação de processos burocráticos, o aumento da competitividade no mercado externo e a maior previsibilidade nas operações logísticas internacionais.

Entre os regimes mais famosos estão o Drawback e o RECOF. O regime Drawback, por exemplo, permite a suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados que serão utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação. Dessa forma, a empresa pode reduzir o custo de produção, tornando o preço final mais competitivo no mercado externo. Já o RECOF (Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado) possibilita a suspensão de tributos federais para produtos que serão industrializados e, posteriormente, exportados, além de permitir maior flexibilidade para a movimentação de insumos e produtos acabados entre estabelecimentos.

Apesar dos benefícios, esses regimes demandam controles rigorosos e atendimento a normas específicas, o que pode gerar custos adicionais com sistemas de compliance e adaptações na estrutura operacional. Portanto, é importante que as empresas considerem esses aspectos para garantir que a adoção de um regime aduaneiro especial seja economicamente viável e vantajosa.

Em relação às empresas mineiras de grande e médio porte que ainda não adotaram ou desconhecem os regimes aduaneiros especiais, percebe-se uma carência quanto ao acesso à informação. Assim, é essencial que as instituições de apoio ao comércio exterior promovam ações para disseminar informações sobre os regimes aduaneiros, capacitar empresas e fomentar a utilização desses mecanismos, contribuindo para o fortalecimento da posição de Minas Gerais no cenário internacional.

AÇÕES PROPOSTAS

Estudo para identificação dos entraves ao desembaraço das mercadorias no estado de Minas Gerais

Elaboração de um amplo estudo para mapear quais as causas e entraves para realização do desembaraço das mercadorias no estado, tais como diferenças de custos envolvendo logística e transporte, impactos das regras federais de comércio internacional no procedimento e tempo para realização do desembaraço nos portos secos, especialmente no caso da importação via terrestre e marítima. A partir do estudo será possível buscar soluções que atendam todos os setores envolvidos na cadeia da importação com foco em aumentar a competitividade do desembaraço em Minas Gerais.

Realização de Workshops Regionais: Capacitação sobre Regimes Aduaneiros Especiais

A realização de workshops regionais periódicos nos recintos alfandegados do estado será uma importante ação para fomentar o uso de regimes aduaneiros especiais pelas empresas mineiras. Esses eventos terão como principal objetivo disseminar informações sobre os diferentes regimes aduaneiros existentes com o objetivo de incentivar o comércio exterior, destacando seus benefícios, procedimentos e requisitos para adesão.

Os workshops serão planejados para acontecer em diferentes regiões de Minas Gerais, aproveitando a infraestrutura dos recintos alfandegados para reunir empresas exportadoras e importadoras, operadores logísticos e demais agentes envolvidos nas operações de comércio exterior. A proposta é que sejam abordados temas como a gestão de riscos no comércio exterior, o compliance aduaneiro, os regimes aduaneiros especiais e a certificação do Operador Econômico Autorizado (OEA).

Além de palestras e apresentações conduzidas por especialistas na área, os workshops incluirão momentos de interação para esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de boas práticas, permitindo que as empresas compreendam de forma prática como utilizar esses regimes para otimizar suas operações.

Com essa ação, espera-se aumentar a conscientização e o conhecimento das empresas sobre os regimes aduaneiros especiais, incentivando a sua adoção e, consequentemente, fortalecendo a competitividade mineira no cenário internacional. A periodicidade dos workshops permitirá a constante atualização das empresas quanto a mudanças regulatórias, que tendem a acontecer atualmente e nos próximos meses, além de novas oportunidades, fomentando um ambiente de cooperação e aprendizado contínuo.

Incentivar as empresas mineiras para adesão do Programa Operador Econômico Autorizado (OEA)

O Programa OEA é uma iniciativa da Receita Federal do Brasil, que visa simplificar e agilizar o processo de importação e exportação para empresas que comprovam a conformidade, promovendo em conjunto a segurança nas cadeias logísticas. Empresas que possuem a certificação OEA possuem diversos benefícios, como a facilitação de procedimentos aduaneiros, podendo acelerar o trânsito de mercadorias.

Para a adesão ao programa as empresas devem atender diversos requisitos relacionados à segurança e conformidade, como possuir sistemas eficazes de controle interno para

detectar e prevenir fraudes, cumprir com as obrigações fiscais e aduaneiras manter um bom histórico de conformidade com a legislação e adotar medidas de segurança para proteger as mercadorias e a cadeia logística.

Nesse sentido, para incentivar a adesão das empresas mineiras ao Programa OEA:

- Divulgação do Programa OEA e seus benefícios, por meio da realização de workshops, webinars e seminários que expliquem as vantagens da certificação e orientem sobre o processo de adesão.

- Trabalho em conjunto com a RFB para o aumento de empresas mineiras que participam do Programa OEA.

Assim, estimulando, para que mais empresas se inscrevam e se beneficiem do Programa OEA, contribuindo para a facilitação de suas operações de exportação e importação, bem como agilidade e melhoria nos trâmites aduaneiros do comércio exterior mineiro.

Reduzir alíquotas de importação para equipamentos importados - sem similar nacional - que promovam a mitigação de CO2

Conforme compromisso assumido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio das Secretarias de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Econômico, cabe incluir no Plano Estadual de Comércio Exterior, as ações propostas pelo Plano Estadual de Ação Climática, denominado PLAC, visto que possui metas as quais fomentam, direta e indiretamente, a participação dos setores produtivos nas operações de comércio exterior para mitigar a emissão de gases de efeito estufa. É essencial que essas ações estimulem a transição para uma economia mais verde, alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável e à agenda climática global.

Para tanto, a SEDE se comprometeu a desenvolver e apoiar instrumentos de fomento a tecnologias e processos mais eficientes, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental. Esses instrumentos devem favorecer a inovação e a implementação de soluções que resultem na geração de produtos com uma menor intensidade de carbono, contribuindo para a sustentabilidade e para a redução das emissões de gases de efeito estufa, como a redução de alíquotas de importação para equipamentos, sem similar nacional.

Entretanto, para executar esta ação proposta, é necessária a inclusão e participação ativa da SEF, responsável pela Receita Estadual, para analisar e executar a implementação de tal benefício fiscal.

Promoção de eventos sobre os benefícios fiscais em Minas Gerais para importadores

A partir da identificação dos casos motivados na solicitação de autorização para desembaraço aduaneiro fora do estado, bem como o perfil das empresas e argumentação, realizar eventos para empresas importadoras sobre os benefícios fiscais oferecidos pelo Estado de Minas Gerais.

PERSPECTIVAS A LONGO PRAZO

Desafios na Adaptação das Empresas Mineiras à Reforma Tributária e Regimes Aduaneiros Especiais

A falta de uma transição gradual e clara para as mudanças propostas pela Reforma Tributária, especialmente no que se refere aos impactos da nova estrutura fiscal e aos custos operacionais adicionais que as empresas precisarão absorver, é um desafio significativo. Muitas empresas mineiras, particularmente as de médio porte, podem enfrentar dificuldades para se adaptar rapidamente às novas exigências tributárias. Além disso, a complexidade do sistema de regimes aduaneiros especiais, que requer controle rigoroso e adaptação das empresas, pode ser um obstáculo adicional, particularmente para aquelas que não têm familiaridade com esses regimes. Isso exige um esforço contínuo para capacitação e disseminação de informações claras e acessíveis, a fim de garantir que as empresas compreendam como as mudanças impactarão suas operações e como aproveitar as vantagens fiscais de maneira eficiente. A Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e a Receita Federal podem oferecer orientação técnica e esclarecer as novas exigências fiscais.

EIXO

05

Financiamento para o Comércio Exterior

EIXO 5 - FINANCIAMENTO PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

O financiamento para o comércio exterior é uma ferramenta essencial para empresas que desejam expandir suas operações internacionalmente. Essa ferramenta oferece suporte financeiro em diversas etapas dos processos de exportação e importação, permitindo que as empresas gerenciem seus custos de forma eficiente, aumentem sua competitividade e explorem novos mercados.

Além de fortalecer as empresas individualmente, o acesso a financiamentos para o comércio exterior gera um impacto positivo no desenvolvimento regional. Ao facilitar a internacionalização, essas iniciativas promovem a geração de empregos, o aumento de receitas e a diversificação da economia local. Com recursos adequados, as empresas podem investir em inovação, aprimorar sua capacidade produtiva e se adaptar às demandas globais.

No âmbito de um mapeamento realizado para identificar os principais desafios enfrentados pelas empresas mineiras no comércio exterior, cerca de 15% indicaram que o financiamento para operações internacionais é um dos maiores desafios. Além disso, a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, da CNI, revelou que quase metade das empresas exportadoras no Brasil utilizam pouco ou não utilizam os instrumentos de apoio à exportação, como financiamento, seguros e garantias. Entre os principais motivos estão a falta de acesso a informações sobre programas existentes (16,3%), exigência de garantias para acesso ao financiamento (8,5%) e o porte da empresa (7%). Entre as empresas que utilizam instrumentos de financiamento à exportação, os mais frequentes são o ACC/ACE (79,7%), Pagamento Antecipado (33%) e Proex Financiamento (9,9%).

Portanto, o financiamento para o comércio exterior não só abre novas oportunidades para as empresas, como também contribui para o crescimento sustentável das regiões onde estão inseridas, fomentando um ambiente de negócios dinâmico e resiliente.

AÇÕES PROPOSTAS

Análise de viabilidade de linhas de financiamento para exportação

As linhas de financiamento são importantes para o desenvolvimento econômico e para aumentar a competitividade global das empresas. Essas linhas de crédito, oferecidas por

instituições financeiras e agências de fomento, são projetadas para apoiar empresas que buscam expandir suas atividades comerciais para mercados internacionais.

Esse tipo de iniciativa se mostra especialmente importante para pequenas e médias empresas, que muitas vezes enfrentam dificuldades para obter financiamento adequado para entrar ou expandir nos mercados internacionais. O pacote de linhas de financiamento pode ajudar a mitigar os obstáculos financeiros.

Para promover a criação de linha de financiamento voltadas ao comércio exterior, propõe-se analisar a viabilidade de criação de linha de financiamento para exportação. Dessa forma, seria possível articular com instituições financeiras, com o objetivo de criar linha de crédito regional para fomentar as exportações de empresas mineiras de diferentes portes, com condições favoráveis, taxas de juros competitivas e prazos de pagamento flexíveis, adaptadas às necessidades dos exportadores mineiros.

Ampliar a divulgação de projetos de financiamento

Por meio de canais de comunicação como a newsletter do Minas Business Connection, capacitações e missões, ampliar a divulgação das oportunidades existentes de incentivo financeiro à exportação. Existem vários programas, mecanismos de financiamento e linhas de crédito a nível nacional voltadas ao fomento das atividades que envolvem o comércio exterior, como:

- **Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues - ACE:** introduzido pelo Governo Federal através do Banco Central e disponibilizado por várias instituições financeiras, é um mecanismo de adiantamento do câmbio na fase de produção (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) ou comercialização (Adiantamento sobre Cambiais Entregues). Fornecendo, assim, capital de giro de maneira imediata e estabilidade no câmbio no patamar do contrato.

- **Programa de Financiamento às Exportações - PROEX | Banco do Brasil:** Destinado à fase de comercialização, é disponibilizado nas modalidades financiamento (para o mantimento do fluxo de caixa durante a exportação) e equalização (compatibilização das taxas de juros com o mercado internacional).

- **BNDES-Exim:** Linha de crédito oferecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para empresas nas modalidades pré-embarque (destinado ao financiamento da produção) e pós-embarque (adiantamento e intermediação do valor devido pelos compradores estrangeiros).

- **Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER Exportação:** Disponibilizado pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, é um financiamento destinado a pequenas empresas brasileiras para a participação de atividades que promovem a exportação.

Essas ações visam ampliar a divulgação de instrumentos de financiamento disponíveis para as empresas mineiras, facilitando sua inserção no comércio global e promovendo o crescimento econômico do estado.

PERSPECTIVAS A LONGO PRAZO

Burocracia e Complexidade no Acesso ao Crédito

O financiamento ao comércio exterior no Brasil enfrenta entraves significativos relacionados à burocracia e à complexidade dos processos. Pequenas e médias empresas, que frequentemente possuem menos estrutura administrativa e recursos para lidar com exigências regulatórias, são as mais impactadas por esse cenário. A obtenção de crédito para exportação ou importação geralmente exige a apresentação de uma ampla documentação, incluindo balanços financeiros detalhados, certidões negativas de débito, comprovação de capacidade de pagamento e garantias reais ou fidejussórias. Esse volume de exigências pode tornar o processo moroso e custoso, afastando empresas que não possuem uma equipe especializada em lidar com trâmites financeiros e jurídicos. Para mitigar esses desafios, seria necessário investir na modernização e simplificação dos processos de concessão de crédito, promovendo maior digitalização, redução de exigências desnecessárias e ampliação das opções de garantia, como o uso de recebíveis e fundos garantidores. Além disso, programas de capacitação financeira para pequenas e médias empresas poderiam aumentar o número de negócios aptos a obter crédito, fortalecendo o comércio exterior e impulsionando a competitividade das empresas brasileiras no cenário global. Ações conjuntas de atores envolvidos nesta temática que podem promover programas de capacitação para os empresários seriam essenciais para mitigar esses desafios e aumentar a competitividade do setor.

Monitoramento e Avaliação

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para garantir que os objetivos estratégicos do plano sejam alcançados e que as ações implementadas produzam os resultados desejados, torna-se necessário determinar indicadores de desempenho e as metas, os quais devem traduzir o crescimento do ecossistema de comércio exterior em Minas Gerais, a partir do presente plano, fomentando a promoção de exportações mineiras, a desburocratização das operações e melhoria na infraestrutura logística, para que o ambiente de negócios gere mais emprego e renda.

Cabe ressaltar que as metas propostas estão em conformidade com as ações realizadas pela Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior, bem como por iniciativas de parceiros das quais integrou, considerando o recorte temporal dos próximos dois anos (2025-2026), os recursos disponíveis para investimento, incluindo o capital humano, e as demais metas estabelecidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais em diferentes pastas, por meio do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, tal qual o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que possuem relação com o comércio exterior.

Ademais, são considerados neste plano indicadores e metas que sejam factíveis de serem implementados e acompanhados, para que os resultados impactem na melhoria do comércio exterior em Minas Gerais. Desta forma, considera-se:

EIXO 1 – Promoção Comercial dos Setores Produtivos no Exterior

Indicadores	Meta
Número de novas missões comerciais realizadas	4
Número de empresas mineiras participantes dessas missões	40
Expectativa de negócios gerada a partir das rodadas de negócios, sejam imediatas ou com perspectiva para os 12 meses seguintes, são indicadores relevantes	R$ 10 milhões

EIXO 2 - Acesso e Competitividade em Mercados Internacionais

Indicadores	Meta
Número de empresas participantes em eventos de certificação para exportação	60
Número de comitivas empresariais estrangeiras recebidas em Minas Gerais	2
Número de países alcançados ou envolvidos nas ações de promoção do comércio exterior mineiro	20

EIXO 4 - Questões Aduaneiras e Tributárias

Indicadores	Meta
Número de capacitações regionais nos recintos alfandegados	4

EIXO 5 - Financiamento para Comércio Exterior

Indicadores	Meta
Número de linhas de financiamento para comércio exterior oferecidos pelo estado	1

Em conclusão, o monitoramento contínuo dos resultados ao longo da vigência do plano irá assegurar que as metas e objetivos sejam atingidos de maneira eficaz. Uma abordagem cíclica permitirá ajustes oportunos nas estratégias, promovendo a adaptabilidade e a otimização das ações implementadas. Com uma avaliação constante, conseguiremos não apenas identificar áreas de sucesso, garantindo que Minas Gerais avance significativamente no comércio internacional e se torne um player competitivo no cenário global.

As diretrizes e propostas deste Plano Estadual tiveram a participação dos membros do GTComexMG, um fórum técnico instituído pela resolução nº 30, de 11 de agosto de 2023, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - SEDE, que foi formado por 18 instituições, incluindo departamentos públicos e privados aderentes e representativos à pauta de comércio exterior:

SEDE; SEF; FIEMG; Correios; Invest Minas; Sebrae; ACMinas; CODACA; FAEMG; SDAMG; ABEAD; Receita Federal e recintos alfandegados.

Com o propósito de realizar o mapeamento de desafios estruturantes existentes no comércio exterior mineiro, bem como construir ações e políticas públicas a serem implementadas para o fortalecimento do comércio exterior no estado, o presente Plano Estadual é uma entrega daqueles que o compõem.

GOVERNANÇA DO PLANO

Como exposto no presente plano, o fomento, liberalização e desburocratização do Comércio Exterior de Minas Gerais exigem a junção de esforços, competências e expertises dos atores inseridos neste ecossistema, para que as ações e indicadores propostos possam ser executados, de forma prática e assertiva. Nesse sentido, torna-se necessário o estabelecimento de estratégia integrada entre os níveis federal, estadual e a iniciativa privada, com objetivo de aperfeiçoar os indicadores, revisar metas, objetivos, programas e ações relacionadas.

Funções e responsabilidades:

Governo federal: Trata de questões aduaneiras, alfandegárias, crédito ao exportador e importador, logística internacional e de promoção comercial: Receita Federal do Brasil; Banco do Brasil e Correios.

Governo estadual: Define políticas, diretrizes e monitora a implementação do plano: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e Invest Minas.

Iniciativa Privada e Entidades de Classe: Participam ativamente das ações, apresentam insights sobre desafios e oportunidades: recintos alfandegados (Aeroporto Indústria de Belo Horizonte, via BH Airport; Clia Pouso Alegre; Porto Seco Juiz de Fora; Porto Seco Sul de Minas; Porto Seco Triângulo Mineiro/Uberaba; Clia Betim, via Tora Logística); Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE Minas; Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais - SDAMG; Associação Brasileira de Estudos Aduaneiros - ABEAD; Associação das Empresas Comissárias de Despacho e Agentes de Carga de Minas Gerais - CODACA; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG.

Instituições de Ensino: Apoiam com pesquisas e conteúdo na capacitação qualificada de profissionais para o comércio exterior, junto às entidades de classe que, geralmente, oferecem este serviço.

Dessa forma, sugere-se as seguintes etapas:

1. Estabelecimento de Matriz de Responsabilidades (a qual inclua-se os Eixos; Ações Propostas; Execução; Calendário e o Indicador pertinente para avaliação e monitoramento do presente Plano Estadual), com a participação dos atores-parte do governo federal; governo estadual; iniciativa privada e entidades de classe, incluindo as instituições de ensino, de acordo com as características e serviços ofertados por cada um;

2. Realização de avaliações regulares, por meio de encontros com a equipe técnica e profissionais das instituições envolvidas, cujo objetivo é alinhar a estratégia junto ao ecossistema de Comércio Exterior, sob a coordenação do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da SEDE. A análise dos resultados possibilitará avaliar a eficácia das iniciativas para reforçar ou redirecionar as ações;

3. Elaboração de relatório anual, que descreva os resultados e apresente sugestões de recomendações para ajustes no plano;

4. Divulgação ampla dos resultados alcançados a partir do presente Plano e das ações público-privadas junto aos veículos de comunicação regionais, nacionais e internacionais.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano apresentou os desafios enfrentados e as ações propostas, as quais visam minimizar as dificuldades encontradas por exportadores e importadores no estado. Com uma vasta base produtiva, Minas Gerais se mantém como um dos principais estados exportadores do país, com uma pauta exportadora marcada pela alta participação dos setores de mineração, agronegócio e, progressivamente, segmentos industriais.

Minas Gerais, ao longo de sua história, consolidou-se como o maior exportador de minério de ferro e café. Entretanto, essa posição também gera constantes desafios, como a volatilidade dos preços das commodities, a concorrência internacional e a predominância da exportação de produtos de baixo valor agregado. Diante desse cenário, é fundamental que o Governo do Estado de Minas Gerais promova ações e políticas públicas voltadas à diversificação, tanto de produtos quanto de mercados, para minimizar riscos e aproveitar as oportunidades que possam surgir.

A infraestrutura logística mineira enfrenta grandes desafios que limitam o potencial exportador do estado. O aperfeiçoamento dos canais de escoamento da produção, como rodovias, ferrovias e a modernização das zonas secundárias, bem como a promoção do Aeroporto Industrial de Belo Horizonte, são elementos fundamentais para tornar o ecossistema de comércio exterior mais competitivo. Os recentes investimentos em infraestrutura rodoviária são passos importantes, mas é necessário um planejamento contínuo e de longo prazo para integrar de forma mais eficiente as regiões produtoras aos mercados internacionais.

Embora Minas Gerais seja uma referência na exportação de produtos do agronegócio e mineração, a dependência da comercialização de commodities revela vulnerabilidades que afetam o desempenho do estado no comércio internacional. Um dos desafios mais urgentes, conforme análise da Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior (DIPEX), é a necessidade de agregar valor aos produtos exportados, promovendo a inovação e a tecnologia nas cadeias produtivas, além de incentivar a exportação de produtos manufaturados. O estado possui uma indústria diversificada e políticas públicas voltadas à inovação, o que estimula a competitividade dos setores produtivos de atividades primárias.

Outro desafio do ecossistema de comércio exterior em Minas Gerais é a internacionalização de pequenas e médias empresas (PMEs) por meio de operações de exportação e importação. Apesar de sua importância para a economia mineira, muitas PMEs enfrentam barreiras para acessar o mercado internacional, como o desconhecimento das exigências regulatórias e dificuldades para participar de cadeias globais de valor. As ações propostas no Plano Estadual de Comércio Exterior de Minas Gerais, incluindo capacitação e apoio financeiro, são fundamentais para aumentar a presença dessas empresas no comércio exterior, fortalecendo a base exportadora do estado.

Diante desse contexto, o Governo do Estado de Minas Gerais, em parceria com diversas instituições estratégicas, trabalha para que as cadeias produtivas mineiras tenham acesso a novos mercados e aproveitem os benefícios da internacionalização.

Minas Gerais enfrenta desafios significativos, mas também possui a oportunidade de transformar esses desafios em ganhos estratégicos. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas, as flutuações nas cadeias globais de suprimentos e as novas demandas por descarbonização e transição energética, incluindo a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, apontam para perspectivas dinâmicas e incertas, mas repletas de oportunidades.

O comércio exterior de Minas Gerais tem demonstrado força e resiliência. Contudo, o futuro requer uma estratégia integrada, envolvendo diversos atores e recursos disponíveis, que combine crescimento sustentável, diversificação de produtos e mercados, além de uma abordagem proativa frente às tendências globais. Conforme proposto no presente plano, a capacidade de adaptação e inovação será o diferencial para elevar a posição de Minas Gerais no comércio internacional e garantir, simultaneamente, a geração de emprego e renda para a população mineira.

REFERÊNCIAS

ASEAN. Association of Southeast Asian Nations. Disponível em: https://asean.org. Acesso em: 14 out. 2024

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. O que é indicação geográfica (IG). Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Comex Stat. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Liga dos Estados Árabes. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/liga-dos-estados-arabes. Acesso em: 10 out. 2024.

INTERREG EUROPE. Regional branding: policy brief. [S. l.]: Interreg Europe, 2021. Disponível em: https://projects2014-2020.interregeurope.eu/fileadmin/user_upload/plp_uploads/policy_briefs/2021-09-30_Policy_Brief_-_Regional_branding.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

MINAS GERAIS. Decreto nº 48.678, de 17 de agosto de 2023. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/48678/2023/. Acesso em: 6 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Maior pacote de obras rodoviárias das últimas décadas impulsiona o desenvolvimento econômico e a integração regional. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, 2023. Disponível em: http://www.infraestrutura.mg.gov.br/component/gmg/story/3550-maior-pacote-de-obras-rodoviarias-das-ultimas-decadas-impulsiona-o-desenvolvimento-economico-e-a-integracao-regional. Acesso em: 14 nov. 2024.

MINAS GERAIS. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI). Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, [s.d.]. Disponível em: https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado-pmdi/plano-mineiro-de. Acesso em: 22 out. 2024.

VICENTE, de Jorge. State Branding in the 21st Century. Medford: The Fletcher School of Law and Diplomacy, 2004. Disponível em: https://dl.tufts.edu/downloads/7d2795170?filename=f4752t81n.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

MORAES, L. C.; SEER, H. J. Terras Raras. In: PEDROSA-SOARES, A. C. et al. (Coords.). Recursos Minerais de Minas Gerais On Line:síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica, e meio ambiente e mineração de Minas Gerais. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), 2018.

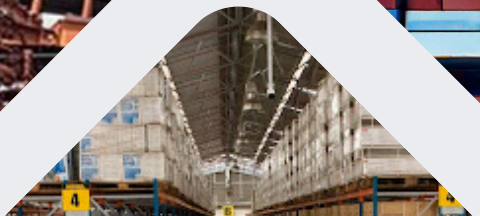
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Diagnóstico do Setor Mineral de Minas Gerais. 2022.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Plano Estadual da Mineração. 2024/2025.
https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/atracao-bilionaria-de-investimentos-pelo-vale-do-litio-impulsiona-arrecadacao-revertida-em-melhorias-para-a-populacao

Relatórios anuais da ANM: A ANM publica informações detalhadas sobre a arrecadação de CFEM
(https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx)

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade. Plano Estratégico Ferroviário. 10 de Junho de 2021. Atualizado em 6 de set. de 2023. Disponível em: http://www.infraestrutura.mg.gov.br/municipio/prestacao-de-contas/page/2420-plano-estrategico-ferroviario

DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

GOVERNO
DE MINAS

AQUI O TREM PROSPERA.